

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU  
ICH – INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

Monalisa Lopes dos Santos Coelho

**ENSINO PROFISSIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: REPRESENTAÇÕES  
MANIFESTAS NA *REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAES* (1925-1930)**

Ituiutaba  
2018

Monalisa Lopes dos Santos Coelho

**ENSINO PROFISSIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ENUNCIÇÕES  
MANIFESTAS NAS *REVISTAS DO ENSINO DE MINAS GERAES* (1925-1930)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Graduação em Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas – ICH, na Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciada em Pedagogia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.

Ituiutaba

2018

Monalisa Lopes dos Santos Coelho

Ituiutaba-MG, 03 de dezembro de 2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro  
ICH/UFU

---

Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza  
ICH/UFU

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Augusto Satto Vilela  
ICH/UFU

## AGRADECIMENTOS

Graças ao grande amor do Senhor é que não desfaleço, pois, as suas misericórdias são inesgotáveis, renovam-se a cada manhã, grande é a sua fidelidade. Agradeço a Deus em primeiro lugar por sua maravilhosa graça, e por tantas conquistas, sendo esta escrita acadêmica outra vitória alcançada ao longo da minha existência. Agradeço pela força, pela bondade, por renovar a cada novo dia as suas misericórdias sobre mim, e me abençoar com tantos êxitos nestes 5 anos vivenciados na Universidade.

Ao meu esposo, Janderson, grande companheiro e melhor amigo, um homem paciente e perseverante. Obrigada por todo o seu apoio e cumplicidade, por me incentivar a estudar, acreditando no meu potencial, sendo também um homem romântico e bem humorado, estando sempre ao meu lado nos momentos bons e nos momentos difíceis.

À minha mãe, Líbia, que me criou com muito amor e sempre me motivou a estudar, trabalhou e se dedicou tanto a mim e ao meu irmão Irineu Júnior. Obrigada por me ensinar a honestidade, a humildade, tantas coisas boas, e que podemos ser muito felizes tendo poucos bens materiais, porque a maior riqueza está em compartilhar a vida com aqueles que amamos. Obrigada também ao meu irmão por tudo!

À minha sogra Dayse, que é um exemplo, de esposa, mãe e mulher, missionária, professora de Inglês, e tantas outras coisas. Obrigada por ser tão carinhosa comigo, por me incentivar a estudar e por ser tão leal. Ao meu sogro Jonas, por ser tão amável comigo, e por me tratar como um pai, mesmo antes do meu pai falecer. Obrigada pelo seu jeito tão alegre e otimista de ser, pois a sua presença e a da minha sogra motiva, a alegria de vocês é contagiante.

À minha amiga Maria Aparecida, apelidada irmã Maria, que sempre foi tão carinhosa comigo, desde que a conheci, e muito mais agora nestes dois anos finais da faculdade, obrigada, ajudando-me a cuidar da minha casa, nos momentos em que não tinha tempo, por sua generosidade, cordialidade e amizade sincera.

Ao meu Pastor e amigo da Primeira Igreja Batista de Ituiutaba, Valdênio, e sua esposa Ana Paula, por estarem em todos os momentos felizes ou tristes da minha vida, batismo, festa de 15 anos, falecimento do meu pai, celebração do meu casamento, e durante a minha graduação e agora na minha conclusão de curso. Obrigada pela amizade, apoio, acolhimento e preocupação com a minha vida e a do meu esposo sempre, uma amizade para contar em todas as horas.

À minha professora e orientadora Betânia, que sempre me viu com bons olhos, tratou-me com carinho, e me auxiliou no percurso da minha graduação, possibilitou-me crescimento por meio das iniciações científicas, outros trabalhos e publicações que foram feitos em atendimento na sua casa. Obrigada por sua amizade, sua atenção, sua proximidade, e sua generosidade como pessoa e professora.

Às minhas professoras queridas Lúcia Helena e Cida Satto, que me marcaram profundamente durante a minha graduação do início até o fim, pelos conhecimentos ensinados, pelas escritas acadêmicas que fizemos juntas, pelo acesso tão próximo e por serem tão atenciosas comigo.

A todos os ótimos professores, desde a minha pré-escola, que me ensinaram e me fizeram crescer, e a todos os professores da minha graduação, em especial: Sauloéber, Armindo, Gláucia, Maria Célia, Maria Simone, Isaura, Mauro, Mical, Marília, Lúcia Valente, Simone Clea, Simone Passos, Waléria Furtado, Valéria Rezende, Lílian, Vânia, Luciane, Kênia e Fernanda, por todas as suas contribuições como pessoas e como docentes.

À Daniela, ex-bibliotecária da UFU Campus do Pontal, que tão gentilmente me auxiliou com as adequações deste trabalho às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e foi tão atenciosa nas orientações concedidas.

Às minhas amigas de sala Luene e Maria Cristina, pois, apesar de considerar a todas da minha turma, tenho um carinho especial por vocês. Sempre me recordo com muito carinho dos nossos trabalhos acadêmicos feitos na casa de cada uma. Obrigada pela amizade, pelas broncas, pela parceria, por todo o nosso crescimento e desafios vencidos, que só foram conseguidos por causa do empenho, compromisso e dedicação de vocês juntamente com outras colegas. São amizades que sempre cultivarei.

A todas as pessoas amadas, amigos e irmãos da Primeira Igreja Batista, a toda equipe e Ministério de Louvor, nesta família são tantos que nem caberiam seus nomes aqui, mas estão todos em meu coração.

Dedico essa vitória com o mais profundo amor e alegria a todas as pessoas aqui mencionadas, e também a todas que fazem parte da minha vida, a todos que compartilharam dos meus sonhos e estiveram ao meu lado. Agradeço por concluir mais um sonho, que foi este Curso de Pedagogia. Diante de tantas vitórias eu me alegro, pois, sei que Deus existe, e tem provado o Seu amor para conosco.

Gratidão!

## RESUMO

A temática estudada neste trabalho se insere na linha de pesquisa de História e Historiografia da Educação. O recorte histórico de interesse corresponde ao período de 1925 a 1930, na Primeira República, as fontes de pesquisa são as *Revistas do Ensino de Minas Geraes*, e o objeto de estudo trata das representações do ensino profissional nesta imprensa pedagógica. Os objetivos gerais deste trabalho são analisar qual a intencionalidade das Revistas do Ensino ao estampar em suas redações, artigos de opinião e discursos que tratavam sobre o ensino profissional, e averiguar as formas de doutrinação voltadas para o público docente. Os objetivos específicos são: Identificar o valor do trabalho nos textos da Revista; Examinar o significado do “*Slödj*”, suscitado na Revista; Identificar como estava estampado o ensino profissional masculino e o feminino nos enunciados deste periódico; Reconhecer se o ensino profissional sofreu alguma influência francesa, e se a Revista aborda sobre o ensino industrial; Verificar como o ensino profissional estava estruturado em Minas Gerais, a partir das redações da Revista, e qual importância lhe foi atribuída; Compreender porque os autores deste impresso defendiam o trabalho manual, em detrimento do trabalho intelectual. Para alcançar estes objetivos, efetuou-se a leitura historiográfica, e posterior análise documental dos 52 números da Revista publicados entre 1925 a 1930, e ao realizar a pesquisa bibliográfica sobre a temática adotou-se uma abordagem qualitativa. O procedimento teórico-metodológico envolveu a perspectiva histórico-dialética para se interpretar o objeto de estudo a partir dos processos históricos em âmbito estadual e nacional. As análises das enunciações selecionadas se organizaram a partir de cinco eixos ou categorias de análises. Para esta pesquisa, apesar de os textos desta imprensa defenderem o termo educação, acredita-se que não houve um processo educativo no sentido de *educere*, para a preparação de estudantes reflexivos, mas sim no sentido de *educatio*, mais preocupada com a instrução profissional a fim de conformá-los. Os resultados demonstraram que a intencionalidade das enunciações manifestas neste impresso pedagógico era o aconselhamento dos professores, ao tentar convencê-los que o ensino profissional era significativo para fortalecer a República recém-criada, sendo o mesmo, o primeiro fator de riqueza pública. Por meio dele, o trabalho civilizaria os alunos, e os tornaria patrióticos, mas de fato, moldava-os por meio da disciplina. Deste modo, nas páginas desta imprensa pedagógica, identificou-se que a instrução profissional pretendida, almejava a disciplinarização de mestres, estudantes e sociedade. Detectou-se um tom exortativo dirigido aos professores nas representações veiculadas que tratavam do ensino profissional. Observou-se que elas defendiam o valor trabalho, e da formação de trabalhadores, e que possivelmente a ótica deste impresso, era que o ensino profissional representava formar cidadãos republicanos, patriotas, que conservassem valores cívicos, ordeiros e disciplinados, porque toda esta disciplina exercida por meio do trabalho resultaria no progresso nacional, na Primeira República.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino profissional. Disciplinarização. Progresso nacional.

## ABSTRACT

The subject studied in this work is in the research line of History and Historiography of Education. The historical period of interest dates from 1925 to 1930, in the First Republic, the sources of research are magazines *Revistas do Ensino de Minas Geraes* that have been read for this study are of that time, and the object of study is the representations of the vocational education in this pedagogical press. The general objectives of this work are to analyze the intentionality of the Teaching Magazine when printing in their essays, opinion articles and discourses about vocational education, as well as to ascertain the forms of representations published in the Magazine that deal with this teaching directed to the teaching public. The specific objectives are: To identify the value of the work in the texts of the Magazine; To examine the meaning of "*Slödj*", published in the Magazine; To identify out how either male or female vocational education was mentioned in the statements of this periodical; To identify whether vocational education had French influence, and whether the Magazine addresses on industrial education or not; To verify how vocational education was structured in Minas Gerais, according to the Magazine, and its importance; To understand why the authors of this work would defend the manual of work, to the detriment of intellectual work. In order to reach these objectives, historiographical reading and subsequent documentary analysis of the 52 issues of the Magazine published between 1925 and 1930 were carried out, and a qualitative approach was taken in the bibliographic research on the subject. The theoretical-methodological procedure involves the historical-dialectical perspective, to interpret the object of study from the historical processes in both the state and country. The analyses of the selected statements have been organized from five points or categories of analyses. For this research, despite the texts in this Magazine defend the term education, we must consider that there was actually no education process in the sense of *educere*, for a preparation of reflective students, but in a sense of *educatio*, more concerned with professional instruction, in order to conform them. The results showed that the intentionality of the manifest statements in this pedagogical form was the advice of teachers, trying to convince them that vocational education was significant to strengthen the newly created Republic, the same being the first factor of public wealth. Through it, work would civilize the students, and make them patriotic, but in fact, molded them through discipline. Thus, in the pages of this pedagogical press, it was identified that the intended professional instruction, aimed at the disciplinarization of masters, students and society. An exortative tone was detected directed to the teachers in the representations that dealt with the professional education. It was observed that they defended the value of labor and the training of workers, and that perhaps the view of this form was that vocational education represented the formation of republican, patriotic citizens who preserved civic, orderly and disciplined values, because all this discipline exercised through the work that would result in national progress in the First Republic.

**KEYWORDS:** Vocational education. Disciplinarization. National progress.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1.1</b>	<b>Procedimentos Metodológicos</b> .....	<b>11</b>
<b>1.2</b>	<b>Educação, ensino e instrução</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>HISTÓRICO DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL</b> .....	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>O ensino industrial: um ensino profissional informal</b> .....	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>Perspectivas históricas sobre o ensino profissional formal no país</b> .....	<b>15</b>
<b>2.3</b>	<b>Perspectivas históricas sobre o ensino profissional em Minas Gerais</b> .....	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>CARACTERÍSTICAS E CONTEXTO HISTÓRICO DA REVISTA</b> .....	<b>22</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISES</b> .....	<b>28</b>
<b>4.1</b>	<b>O valor do trabalho, e o <i>Slöjd</i> nos textos da Revista</b> .....	<b>29</b>
<b>4.2</b>	<b>O ensino profissional masculino e o feminino</b> .....	<b>34</b>
<b>4.3</b>	<b>A influência francesa no ensino em Minas Gerais</b> .....	<b>39</b>
<b>4.4</b>	<b>A estruturação do ensino profissional formal em Minas Gerais</b> .....	<b>41</b>
<b>4.5</b>	<b>Trabalho manual versus trabalho intelectual</b> .....	<b>46</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>50</b>
	<b>FONTES</b> .....	<b>53</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>54</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A temática estudada neste trabalho se insere na linha de pesquisa de História e Historiografia da Educação. O recorte histórico de interesse corresponde ao período de 1925 a 1930<sup>1</sup>, na Primeira República, as fontes de pesquisa são as *Revistas do Ensino de Minas Geraes*, e o objeto de estudo trata das representações do ensino profissional na Revista do Ensino. O interesse em pesquisar este tipo de impresso, aconteceu por ser a imprensa pedagógica uma fonte historiográfica que revela múltiplas possibilidades de leituras, análises e interpretações, que podem contribuir para novas pesquisas científicas no campo da História da Educação.

O motivo que levou à escrita deste trabalho foi a necessidade da produção de um artigo científico, após os estudos realizados no Projeto de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ/UFU, no período de julho de 2017 a julho de 2018. Este projeto de pesquisa se vincula ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) desenvolvido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPP da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em parceria com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Neste projeto a proposta foi pesquisar nas *Revistas do Ensino de Minas Geraes* (1925-1930) discursos<sup>2</sup>, artigos de opinião<sup>3</sup> e notícias<sup>4</sup> sobre o Ensino Profissional.

Após as leituras dos escritos que tratavam sobre o ensino profissional neste impresso pedagógico, surgiram algumas perguntas que configuraram a problemática de estudo desta pesquisa: Qual era a presença do ensino profissional nas páginas das

---

<sup>1</sup> O período de interesse corresponde de 1925 a 1930, por serem as Revistas acessadas deste período, mas sabe-se que as Revistas do Ensino de Minas Geraes circularam até 1971, e ampliar o recorte histórico por meio da leitura e análises dos números publicados de 1931 em diante pode ampliar a presente pesquisa em nível de pesquisa de conclusão de mestrado acadêmico, mas, para este TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) foram examinadas apenas 52 publicações da Revista do Ensino que circularam de 1925 a 1930 em Minas Gerais.

<sup>2</sup> Neste estudo, interpretou-se o termo ‘discurso’, como sendo fala ou preleção proferida oficialmente por pessoas que ocuparam cargos políticos, ou seja, discurso oficial. Como no caso da Declaração do Presidente da República Afonso Pena, mencionada no item 2.2 deste texto, e do pronunciamento do Secretário de Interior e da Segurança Pública Francisco Campos, no item 5.4.

<sup>3</sup> Fechus (2017) explica que ‘artigo de opinião’ não é notícia, em geral, ele é um texto argumentativo, que contém basicamente a opinião do articulista que, pode fundamentar-se em referências históricas ou contemporâneas, em dados estatísticos, em pesquisas, etc. Publicar artigos de opiniões é algo comum entre grandes jornais e periódicos impressos, com a finalidade de influenciar o leitor nas suas escolhas, tomadas de decisão ou posicionamentos político-partidários.

<sup>4</sup> Fechus (2017) define ‘notícia’ como um relato de um acontecimento fresco, também veiculada em: revistas, jornais impressos ou jornais televisivos. No caso dos dois primeiros, normalmente, no dia posterior ao evento em que a notícia foi coberta. Diferentemente de um artigo de opinião, geralmente textos de notícias contemplam apenas a exposição do fato ocorrido, e não expressam a opinião do escritor.

Revistas do Ensino, no período de 1925 a 1930? E, considerando que este periódico circulou entre os professores mineiros, perguntou-se: Qual a intencionalidade dos autores dos textos das Revistas do Ensino ao estampar artigos de opinião e discursos oficiais que teciam representações<sup>5</sup> acerca do Ensino Profissional?

A partir dessas inquietações, trabalha-se com a hipótese de que este impresso pedagógico em Minas Gerais veiculou algumas representações sobre o ensino profissional expressas nas redações da Revista do Ensino dirigidas aos professores mineiros, e acredita-se que possivelmente governo estadual no período, e alguns redatores da Revista tinha o ideal de que se os mestres fossem exortados sobre a importância do ensino profissional para o progresso do país, (porque este ensino preparara para o trabalho), estes mestres conseguiriam persuadir e disciplinar os seus alunos, até que finalmente toda a nação brasileira fosse disciplinada, e isto conduziria a pátria ao progresso nacional e à riqueza pública.

Nesta pesquisa acredita-se que as Revistas do Ensino, e as escolas profissionalizantes seriam ambientes que propiciaram a formação de professores, sendo provável que estes orientassem as suas práticas pedagógicas por intermédio deste periódico no âmbito escolar. Cunha (2005) aponta que a escola profissional, teria se organizado para utilizar seus espaços pedagógicos, com o intuito de disciplinar as camadas pobres e trabalhadoras do Brasil, invertendo assim a desordem nas ruas e a mendicância, na medida em que ensinavam um ofício e incutiam valores sociais nos

---

<sup>5</sup> O conceito de representação do autor Chartier é um conceito histórico da historiografia francesa, embora não tenha sido aprofundado neste TCC, foi utilizado e contribui para a escrita desta pesquisa. Compreendeu-se que representação significa aquilo que os objetos e práticas culturais representam para os sujeitos, ou seja, o modo de ver, é o modo como se representa algo, um determinado objeto pode representar sentimentos, subjetividades, um mesmo conceito, ou diferentes conceitos para as pessoas. Um exemplo compreensível do que seja representação, é dado por Barros (2005) que explica sobre a História Cultural de Roger Chartier, e trata de esclarecer também o que são as representações. Barros (2005) afirma que, por volta do fim do século XI, até o início do século XIII, o pobre, e mais especificamente o mendigo, possuíam um papel imprescindível nas sociedades cristãs do Ocidente Europeu. A existência social do mendigo era atestada como fundamental para a “salvação do rico”, por consequência disso, o mendigo, (pelos menos mendigo conhecido) era bem amparado na sociedade da Idade Média. “Toda comunidade, cidade ou mosteiro queria ter os seus mendigos, pois eles eram vistos como laços entre o céu e a terra – instrumentos através dos quais os ricos poderiam exercer a caridade para expiar os seus pecados. Esta visão do pobre como “instrumento de salvação para o rico”, antecipamos desde já, é uma “representação cultural”. (BARROS, 2005, 131). A partir deste exemplo pôde-se entender que o modo de ver o pobre na mendicância, ou seja a representação que possuía a figura do mendigo na Idade Média aos olhos do rico, representava a sua própria salvação, e, a representação que tinha o mendigo para o rico era a possibilidade de entrada no céu. Neste sentido, para esta pesquisa científica, que deseja compreender as representações do ensino profissional nas Revistas do Ensino de Minas Gérias, o que este ensino representava em suas páginas, foi interessante a adoção do conceito de representação. Nesta perspectiva, percebeu-se por meio de Chartier, que assim como os mendigos eram úteis na Idade Média, o ensino profissional também tinha uma utilidade, uma representação importante no início da República, uma relevância simbólica por trazer uma discussão de que o trabalhador estava vinculado ao progresso da nação.

alunos, como a ordem social e a valorização do trabalho, tornando seus corpos disciplinados e ordeiros.

Inicialmente esta pesquisa abordada algumas perspectivas históricas a fim de tecer um breve histórico sobre o ensino profissional a nível nacional na Primeira República, em seguida são feitas explanações acerca deste ensino em Minas Gerais, para então posteriormente se chegar às análises das representações do ensino profissional nos textos da *Revista do Ensino de Minas Geraes* de 1925 a 1930.

Com base nessas considerações, os objetivos gerais deste trabalho são analisar qual a intencionalidade das Revistas do Ensino ao estampar em suas redações, artigos de opinião e discursos sobre o ensino profissional, assim como averiguar as formas de representações veiculadas na Revista que tratavam deste ensino dirigidas ao público docente. Os objetivos específicos são: Identificar o valor do trabalho nos textos da Revista; Examinar o significado do “*Slöjd*”<sup>6</sup>, suscitado na Revista; Identificar como estava estampado o ensino profissional masculino e o feminino nos enunciados deste periódico; Reconhecer se o ensino profissional sofreu alguma influência francesa<sup>7</sup>, e se a Revista aborda sobre o ensino industrial; Verificar como o ensino profissional estava estruturado em Minas Gerais, a partir das redações da Revista, e qual importância lhe foi atribuída; Compreender porque os autores deste impresso defendiam o trabalho manual, em detrimento do trabalho intelectual.

## 1.1 Procedimentos Metodológicos

Para alcançar os objetivos propostos, efetuou-se a leitura historiográfica e posterior análise documental dos 52 números da *Revista do Ensino de Minas Geraes* publicados no período de 1925 a 1930, e realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a temática de estudo. Uma definição de pesquisa bibliográfica apresenta que ela:

---

<sup>6</sup> De acordo com Carvalho (2011) *Slöjd* consiste numa determinada metodologia de ensino originada na Dinamarca por Alex Mikkelsen, em que o trabalho manual era o principal meio educativo. Na escola ele serviria para disciplinar moralmente o educando e despertar nele o amor pelo trabalho. O sistema de *Slöjd* estava baseado em princípios higiênicos e pedagógicos a serem adaptados para o uso nas escolas profissionais. Sendo assim, este sistema começava a ser aplicado desde a escola primária, com vistas a produzir anos mais tarde futuros trabalhadores. Na Revista do Ensino consta que o *Slöjd* consagrou-se na Suécia e diz respeito a trabalhos manuais com fins educacionais, a trabalho com madeira, ou a ofícios.

<sup>7</sup> É interessante investigar a influência francesa em Minas Gerias, uma vez que no currículo dos grupos escolares mineiros a disciplinas de francês se fazia presente, conforme Lages (2015).

[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites [...] sobre o tema a estudar. (FONSECA, 2002, p. 32).

Esta pesquisa bibliográfica assim como todo o trabalho assumiram uma abordagem qualitativa, e utilizou-se a perspectiva histórico-dialética como procedimento teórico-metodológico, para se conseguir interpretar o objeto de estudo ‘ensino profissional’, a partir dos processos históricos em âmbito estadual e nacional. Sob esta perspectiva Gomes [2001?] esclarece que as pesquisas embasadas no materialismo histórico-dialético possuem um teor crítico, e estão preocupadas em:

[...] desvendar as contradições apresentadas pelo real, expressas no conflito de interpretações e interesses, para então propor formas de superação, no sentido de transformar essa realidade resgatando sua dimensão histórica [...] métodos que desvelam a dinâmica e as contradições dos fenômenos, bem como, a relação homem/natureza, reflexão/ação e teoria/prática. (GOMES, [2001?], p. 18).

Considerando a perspectiva histórico-dialética, as análises dos textos selecionados da Revista, se processaram a partir de cinco eixos ou categorias de análises, respectivamente:

- i. O valor do trabalho nos textos da Revista, e o significado do *Slöjd*;
- ii. O ensino profissional masculino e o feminino;
- iii. A influência francesa no ensino profissional de Minas Gerais, e o ensino industrial;
- iv. Como o ensino profissional em Minas Gerais estava estruturado, e qual a sua importância?
- v. Defesa do trabalho manual, em detrimento do trabalho intelectual: dualidade no ensino.

Categorias de análises ou também categorização, conforme explica Minayo (2002) são classificações, e são adequadas para um trabalho de natureza científica contribuindo para a diferenciação dos elementos estudados. As categorias podem surgir durante as análises do material na pesquisa, e devem respeitar o princípio da homogeneidade, ou seja, serem concisas e coesas, podendo haver vários critérios como: semânticos, sintáticos, léxicos e expressivos. E no caso da presente pesquisa, os critérios adotados são os semânticos, que dizem respeito a categorias temáticas, para a construção das informações identificadas e analisadas.

## 1.2 Educação, ensino e instrução

Antes de tratar especificamente sobre o tema de interesse que são as representações do ensino profissional nas *Revistas do Ensino de Minas Geraes* é preciso conceituar e distinguir educação, ensino e instrução, já que muitas vezes elas são tratadas como sinônimos em textos acadêmicos. Mas, inspirando-se nos estudos de Luaiza (2009), foi possível entender que a ‘educação’ é o objeto de estudo e pesquisa da ciência Pedagogia. Este teórico definiu a educação como uma atividade social, política e econômica, que influencia na formação humana e na construção das convicções do ser social e do ser individual. Já o conceito de ‘ensino’, conforme este autor configura-se como a apropriação de conhecimentos que envolve um processo recíproco ligado à aprendizagem, sendo esta inerente à ação de ensinar.

Segundo Luaiza (2009), em relação ao termo ‘instrução’, existe certa ambiguidade porque outros idiomas o tomam como sinônimo de educação. Entretanto, a instrução, não é inerente à educação. E se estes termos fossem sinônimos, não haveriam pessoas bem instruídas, e já formadas, todavia mal educadas e grossas. Neste âmbito, o conceito de instrução: “[...] se emprega [...] com a significação de ministrar e assimilar conhecimentos e habilidades [...] com a preparação para as atividades profissionais.” (LUAIZA, 2009, p. 1).

Desse modo, por meio do referido autor foi possível diferenciar estes três termos, entende-se que a ‘educação’ é algo mais amplo, que acontece na formação do ser humano, e influencia diretamente na construção dos seus ideais e escolhas, e que ‘ensino’ pressupõe que ele só acontece quando se efetiva a aprendizagem. Em relação à ‘instrução’ compreende-se que ela envolve técnicas, e a formação qualificada para a profissionalização.

Diante destes esclarecimentos, ainda importa lançar mão das concepções de mais um estudo teórico para clarificar um pouco mais, em especial, o conceito de ‘educação’ e a partir de mais um posicionamento teórico compreender como este significante pode ser melhor interpretado em relação à temática aqui desenvolvida. O estudo dos autores Neves e Costa (2012) explicitam que ‘educação’ é um termo desafiador por causa dos seus inúmeros significados, no entanto, eles propõem dois vieses semânticos. O primeiro é o de *Educatio*, termo de origem latina, que se refere à ação instrucional, e à formação, e/ou à transmissão de conhecimentos. Em outras palavras, refere-se à instrução ministrada que objetiva uma aprendizagem técnica, uma preparação

envolvendo conhecimentos literários pouco aprofundados e poucas reflexões teóricas. Não tem como prioridade a formação intelectual com criticidade, mas sim, a formação de alunos passivos, preparados para o mercado de trabalho, indivíduos que saibam exercitar procedimentos e métodos, ou seja, a técnica pela técnica, a fim de exercitarem uma atividade profissional, que apenas requeira uma qualificação instrucional mínima.

O segundo viés semântico, apresentado por Neves e Costa (2012), é o de *Educere*, também de origem latina, quando o sentido de ‘educação’ for de extrair, desabrochar e desenvolver algo no indivíduo, o educador se posiciona como um guia no processo de ensino-aprendizagem e o educando como sujeito ativo neste processo. Por meio destes autores, infere-se que o sentido de *Educere* poderia ser uma preparação com maior aprofundamento literário, desenvolvida numa relação educativa que visa a formação de sujeitos reflexivos, críticos, autônomos, e conscientes perante a realidade, podendo transformá-la a partir da construção dos conhecimentos obtidos. Educandos que não apenas se apropriarão de técnicas profissionais, mas que poderão refletir sobre o seu papel social, questionar a lógica capitalista, fazer alguma diferença na sociedade, e não se alienarem após a inserção no mercado de trabalho.

Desta forma, considerando todos os apontamentos teóricos e as conceituações feitas, acredita-se que educação, ensino e instrução sejam conceitos distintos, mas, que estão entrelaçados. Para este estudo é relevante refletir sobre que tipo de provável instrução pública tenha sido desenvolvida no ensino profissional na Primeira República. Por esta razão, considerou-se importante expor os termos e conceitos aqui elucidados, já que eles contribuirão nas análises desta pesquisa. Após estas nuances preliminares e introdutórias, servindo-se dos esclarecimentos semânticos abordados, o tema deste estudo será tratado a seguir.

## **2 Histórico do ensino profissional no Brasil**

Os assuntos desenvolvidos nos tópicos a seguir procuram remontar de forma breve como se deu a história desta modalidade de ensino pelo país, delineando primeiro sua gênese como educação informal, e posteriormente como deve ter se organizado formalmente no Brasil e em Minas Gerais.

### **2.1 O ensino industrial: um ensino profissional informal**

Quanto ao ensino profissional para a formação de trabalhadores na Primeira República (1889-1930), e mais especificamente o ensino industrial propriamente, Ribeiro (2005) afirma que a historiografia econômica admite a hipótese de que as instalações das primeiras fábricas e oficinas, não solicitavam pré-requisitos de qualificações especiais dos operários, e quando essas exigências se tornavam uma necessidade, importavam-se técnicos juntamente com as máquinas.

Em relação à maioria dos operários, percebeu-se que, conforme a demanda de conhecimentos específicos para o trabalho, a instrução profissional tornava-se imprescindível, e o seu surgimento se deu a princípio como uma qualificação informal, dentro das próprias fábricas mesmo, como afirma Ribeiro (2005, p. 9): “[...] Adota-se como pressuposto não explícito de que os conhecimentos profissionais eram adquiridos pelos trabalhadores no próprio local de trabalho, ou seja, a fábrica era a verdadeira escola do trabalhador.”

Esta afirmação vale para a grande massa dos assalariados. No entanto, havia setores industriais e outros segmentos da indústria, e da construção civil em que se exigia maior preparo técnico. Os operários qualificados podiam ser definidos como:

[...] aqueles trabalhadores que aperfeiçoam a habilidade manual e a precisão na execução e na concepção do trabalho, não somente como prática, mas com os conhecimentos técnicos e científicos adquiridos de maneira formal, fora da fábrica, nos cursos industriais. (RIBEIRO, 2005, p. 210).

Diante disto, considerando que os setores e seguimentos industriais acima mencionados precisavam de trabalhadores qualificados, e que também aumentava a demanda de habilidades para a indústria, o comércio e a agricultura, fundamentando-se na argumentação da autora, o ensino profissional formal foi pensado a partir da necessidade de qualificação dos funcionários.

Uma instrução que seria ministrada fora da fábrica, em formato de cursos profissionalizantes visando a aprendizagem de ofícios que requeriam habilidades manuais, para a ocupação de cargos como mestres, constramestres, e até supervisores nas escolas de formação. Neste sentido, no próximo tópico, será feita uma abordagem detalhada deste ensino formal pelo Brasil, e as suas implicações legais, que orientaram os rumos da política educacional no início da Primeira República.

## **2.2 Perspectivas históricas sobre o ensino profissional formal no país**

O recorte histórico de interesse corresponde de 1925 a 1930, mas é fundamental situar que esse momento histórico pertenceu à Primeira República, também conhecida, segundo Aranha (2006), como República Velha, República do Café, República dos Coronéis ou República Oligárquica, que corresponde ao período de 1889 a 1930. Para Aranha (2006), oligarquia quer dizer um governo de poucos, revelando que a escolha dos governantes não prioriza a democracia, mas que está sob o controle de uma elite<sup>8</sup>.

Em 1889, um ano após a abolição legal do trabalho escravo no país, findou-se oficialmente o período imperial e teve início o período republicano, neste contexto, a economia brasileira era predominantemente agrário-exportadora, com relações de trabalho rurais, e começara um movimento de industrialização. Neste momento histórico, segundo Morais (2015) a economia brasileira era basicamente agrária, e o café era o principal produto de exportação do país, as oligarquias agrárias, com os grandes fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais ocupavam os principais postos de comando no Brasil. Entretanto, neste momento começou a predominar o setor primário, e a vida urbana, ganhava força, ocorrendo a partir daí um movimento de êxodo rural para as localidades em que as indústrias começam a surgir. E, conforme este autor, o ideal de industrialização levaria o Brasil à modernidade capitalista<sup>9</sup>, já que tornar o país moderno<sup>10</sup> era uma premissa cultivada neste contexto.

---

<sup>8</sup> Fundamentando-se em Meza (2002), é possível abstrair um conceito de elite, que pode ser definida como uma minoria dominante de pessoas que são privilegiadas socialmente e economicamente, com conexões e possíveis parentescos, e que estão ligadas para se beneficiarem mutuamente. Seu sucesso e poder, segundo este autor, são exitosos na medida em que se posiciona como uma minoria organizada, oposta a uma maioria desorganizada. E esta desorganização da maioria, faz com que cada um dos seus membros se veja impotente diante do poder organizado deste pequeno grupo. Deste jeito, a elite atua baseando-se na razão e no conhecimento, e para promover seus interesses, e apela ao elemento sensível das massas. Para Meza (2002) a teoria das elites mostra que em todas as sociedades a orientação política, administrativa, militar, religioso, econômico e moral é realizada por uma minoria de pessoas organizadas, é antiga, e sua expressão acontece fortemente nestes seguimentos. Neste âmbito, as classes políticas de um modo geral, possuem meios adequados para direcionar e induzir a vontade dos eleitores. Sendo assim, compreendeu-se que a elite também pode ser considerada como uma rede de influências que incide sobre a vontade dos governantes, e interfere nas políticas públicas, para lograr benefícios particulares.

<sup>9</sup> Em relação à modernidade capitalista, pôde-se compreender por meio de Aquino (2012) que no plano técnico-econômico, a modernidade definiu uma nova relação do homem com a natureza, que se pautou na busca sistemática de aumento da produtividade. Assim, modernidade capitalista tornou-se sinônimo de conhecimento científico para servir a organização racional de produção.

<sup>10</sup> De acordo com Cavalcanti (2018), no século XII, moderno passou a ter o sentido de novo em oposição ao antigo. No século XIX, com Baudelaire, o termo moderno assumiu o sentido de transitório, não mais em oposição ao antigo, mas sim ao eterno.



Considerando os estudos de Aquino (2012) compreendeu-se que o conceito de moderno<sup>11</sup> significa progresso, o que remete a avanços e evolução em termos econômicos e sociais. O referido autor explicita que a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, se deu basicamente com a difusão desta ideologia que conduziria o país ao progresso, e à civilização. A atual historiografia da Primeira República comprova essa afirmação, sobretudo, ao revelar que a modernidade brasileira, tornou-se questão importante entre as elites intelectuais, políticas, militares e eclesiásticas. Com o intuito de prolongar sua supremacia, direcionou a pauta das principais instâncias do Estado brasileiro que pretendia se reinventar sob aspirações nacionalistas e patrióticas.

Em termos educacionais, os autores Araújo e Sá (2015) deliberam que a Constituição da República de 1891, ao instituir o sistema federativo, promoveu a desconcentração do poder político, concedendo autonomia aos estados, e esta ação repercutiu diretamente na educação. Durante a República Velha, o Congresso Nacional era o responsável por criar as instituições de ensino superior e secundário por todo o país. Consequentemente, a constituição delegou aos estados a incumbência de legislar e oferecer a educação primária e profissional em seu território.

No entanto, esta divisão de responsabilidades reforçou ainda mais a dualidade do sistema educacional, que vinha acontecendo desde o período imperial, de um lado o ensino superior que favoreceria prioritariamente os da classe dominante, e de outro os ensinos secundário e primário, que estariam destinados ao menos favorecidos. Interessa ressaltar que a educação das camadas populares, no ensino primário e profissional, e até o curso normal, era incumbência dos governos locais. Sendo assim, a existência dessa dualidade revela claramente a divisão de classes presente na sociedade brasileira, perpetuada numa educação para os mais abastados, e outra para as classes mais pobres.

Morais (2015) expõe que o início do crescimento urbano e industrial passou a demandar a formação de trabalhadores destas classes populares, para serem minimamente qualificados tecnicamente e trabalharem nas fábricas, nos bancos e no comércio. Caberia assim à escola, preparar estes trabalhadores especialmente as Escolas de Aprendizes Artífices. Contudo, a elite, e os governos elitistas que elaboraram as políticas públicas de formação profissional para as demais classes sociais.

---

<sup>11</sup> Segundo Aquino (2012), o termo moderno, ou a expressão modernidade teve origem na França e na Inglaterra, do fim do século XVIII para o início do século XIX, significa basicamente “o agora, o recente”, opõe-se ao antigo, e nasce do sentimento de ruptura com o passado. A modernidade instaurou uma nova maneira de pensar o mundo e o homem no mundo, e expressando entre o final do século XVIII e o início do século XX, a ideia de progresso.

Acerca deste contexto, o documento oficial do MEC (Ministério da Educação e Cultura) que faz um histórico do Ensino profissional no Brasil, publicado em 2008, aponta que em 1906 houve a consolidação do ensino técnico-industrial no país com os seguintes eventos: A realização do “Congresso de Instrução” apresentou ao Congresso Nacional um projeto para promover o ensino prático industrial, agrícola e comercial, sendo mantido pelo apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. Este projeto previa a criação de campos e oficinas escolares, nesses locais os alunos dos ginásios receberiam a habilitação de aprendizes, para o manuseio de instrumentos de trabalho. Outra ocorrência marcante foi a instituição das escolas técnicas e profissionais, valorizadas no discurso oficial do Presidente Afonso Pena ao final da citação:

A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”. (BRASIL, 2008, p. 2).

Esse documento também mostra que o ensino profissional teve grande impulso em julho de 1909, quando o presidente Nilo Peçanha, ao assumir o governo, assinou o Decreto nº 7.566, em 23 de setembro de 1909, criando inicialmente em diferentes estados brasileiros (neste contexto denominadas unidades federativas), dezenove Escolas de Aprendizes Artífice, que eram gratuitas. O Decreto 7.566/1909 previa que:

Art. 1º. Em cada uma das capitães dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primario gratuito [...]. Art. 2º. Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretendem aprender um officio, havendo para isso até o numero de cinco officinas de trabalho manual ou mecanico que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locais (BRASIL, 1909, p. 1).

No entanto, Garcia (2000) esclarece que em 1910, estas dezenove escolas profissionais se encontravam em situação bem precária, tanto de instalações como de

formação dos professores que nelas atuavam. Acerca dos anos subsequentes, Souza [2018?] expõe que, em 1922, o então deputado Federal Fidelis Reis apresentou o projeto de lei que criaria o ensino profissionalizante obrigatório, em tempo integral, sob a proposta de um Liceu de Artes e Ofícios, a fim de preparar as futuras gerações para a indústria e a tecnologia. Após isso, em 1927, o Congresso Nacional sancionou o Projeto de Fidelis Reis que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.

Mesmo sendo aprovado em 1927, e tornado-se lei, de acordo com Souza [2018?], este projeto não foi implementado por falta de recursos orçamentários. Mas mesmo que o ideal do deputado tenha naufragado, esta lei serviu como embrião para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que foi socialmente relevante, mesmo não tendo se desenvolvido de acordo com a dimensão do projeto original. Apesar desta descontinuidade político-educacional, neste mesmo ano foi aprovado um decreto relevante.

Os autores Ribeiro e Araújo (2017) explicam que a nível nacional, o Decreto-lei 5.241, de 22 de agosto 1927, criou o ensino profissional primário gratuito nas capitais brasileiras. E, em 14 de novembro de 1930, de acordo com o documento do MEC, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que: “[...] passava a supervisionar as Escolas de Aprendizizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura”. (BRASIL, 2008, p. 2).

Para finalizar esta breve reflexão sobre o contexto histórico de 1889 a 1930, em que foram evidenciadas contradições e consensos sobre a política educacional voltada para o ensino profissional no país, é importante ressaltar que, segundo Aranha (2006), a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, afetou o mundo todo, inclusive o Brasil, desencadeando a crise do café que, por um lado foi benéfica, pois, resultou em crescimento da indústria brasileira. Só que a oposição entre aristocracia rural, e os outros grupos sociais, políticos e econômicos, dentre eles a burguesia industrial e comercial, fez com que o país vivesse um momento conflituoso. Em 1930, aproveitando-se dessa situação Getúlio Vargas<sup>12</sup> tornou-se chefe de governo provisório, inaugurando a era Vargas a partir 1937 até o ano de 1945.

Um ponto importante a ser destacado no recorte histórico de interesse refere-se a como o trabalho era visto neste período. Garcia (2000) esclarece que as classes

---

<sup>12</sup> Segundo Aranha (2006) Getúlio Vargas, em 1937 deu um golpe, e instaurou no Brasil, o Estado Novo que durou até 1945, um governo autoritário e centralizador, que mesmo sendo conhecido como “pai dos pobres”, manipulava a opinião pública por meio de propagandas do governo, por meio da censura, sufocava a oposição com tortura, prisões e exílios.

dominantes detinham um pensamento escravocrata, e não eram favoráveis a uma educação voltada para o trabalho, por já estarem acostumadas a relacionarem o trabalho à escravidão por quase três séculos. Contudo, eram necessários trabalhadores para alavancar o país, sob o argumento de que esta ação seria a tábua de salvação para as classes desfavorecidas. Desse modo, os setores produtivos da sociedade demonstravam interesse de que se estabelecesse no Brasil uma instrução que preparasse trabalhadores para as indústrias, tendo em vista o seu aumento no território nacional.

Não obstante, Morais (2015) questiona: O que seria feito com os milhares de negros libertos? Como eles seriam inseridos na nova ordem republicana? Como evitar que eles se tornassem marginais, ou criminosos tornando-se séria ameaça ao equilíbrio social? Este autor responde que a solução seria instruir e educar os brasileiros por meio da escolarização, porque as elites e os governantes enxergavam o povo brasileiro como preguiçoso, contrário ao trabalho, sem higiene ou normas cívicas. Este povo formado pela mistura de raças consideradas inferiores (do negro e do índio), não gostava de trabalhar, e não podia civilizar-se. Desta forma, a prosperidade nacional seria comprometida. Por isso, “[...] as Escolas de Aprendizes Artífices poderiam ser uma solução para esse grave problema na medida em que tiraria muitas crianças órfãs e desvalidas da rua e ensinaria para elas uma profissão.” (MORAIS, 2015, p. 3).

Sendo assim, segundo este autor, as escolas profissionalizantes na República Velha possuíam um caráter assistencialista<sup>13</sup>, e uma tripla função: econômica, social e político-ideológica. A função econômica se referia a relativa qualificação técnica dada para o trabalho, que poderia ajudar o país na indústria, proporcionando crescimento econômico. A função social era a de oferecer aos pobres, desvalidos, crianças e adolescentes abandonados, a chance de aprenderem um ofício para sobreviverem com dignidade, sendo também retirados da rua, evitando que entrassem no ócio, nos vícios ou no crime. Assim, eles seriam preparados para o trabalho cotidiano, com disciplina e valores básicos de civilidade, ensinados nestas escolas. Já a função político-ideológica objetivava disciplinar a sociedade, manter a ordem pública, impedir o surgimento de revoltas, e finalmente preservar a ordem capitalista. (MORAIS, 2015).

A função social especificamente pode ser percebida no Decreto nº 7.566 de setembro de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes e Artífices. Nele pode-se notar claramente como o ensino profissional era destinado às classes sociais mais baixas ou

---

<sup>13</sup> Este caráter assistencialista, e compensatório explicitado por Morais (2015), é aquele que instrui os desvalidos, pobres e necessitados a terem um ofício com o objetivo de sobreviverem.

proletárias, porque foi criado para todos os desfavorecidos da fortuna, tanto trabalhadores como negros e os indigentes. Neste contexto, a sociedade acreditava que a pobreza levaria ao ócio, ao vício, à criminalidade e à vadiagem, por isso era preciso dar um destino aos pobres e desvalidos, para formar cidadãos úteis à pátria:

[...] o argumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades [...] que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação [...]. (BRASIL, 1909, p. 1).

Neste sentido, após a leitura do decreto, percebeu-se que ele além de evidenciar a situação dos pobres e desfavorecidos da sorte, destacou o papel das escolas profissionalizantes, e ao ensinar ofícios, buscavam formar cidadãos úteis à nação disciplinando-os, conforme esclarece Moraes (2015). Estas escolas foram criadas com intensa motivação econômica, mas: “[...] existia também um forte interesse político e ideológico de formar um cidadão republicano, de desenvolver um espírito cívico e patriótico e de disciplinar e ordenar a sociedade.” (MORAIS, 2015, p. 2). Em consonância com a proposta nacional, estes mesmos aspectos educacionais conformadores serão observados no estado mineiro, explicitados no próximo item.

### **2.3 Perspectivas históricas sobre o ensino profissional em Minas Gerais**

Segundo Gonçalves e Chamon (2012), em Minas Gerais, no período republicano as políticas públicas que se preocupavam com a formação de profissionais no estado, começaram em 1892, com a Lei de n. 41, que instituiu o ensino profissional, no âmbito do ensino agrícola e zootécnico, do curso comercial, de agrimensura e de farmácia, e das escolas normais. Em seguida, com a Lei de n. 203, de 1896, foi organizado o ensino profissional primário, que previa a aprendizagem de ofícios, e deveria funcionar sob a orientação de um profissional competente para ministrar estes conhecimentos.

Inicialmente, torna-se importante diferenciar o ensino profissional do ensino profissional primário. O primeiro promoveria a aprendizagem de um ofício com vistas a uma profissão, e o segundo, incorporou a formação profissional ao ensino das primeiras letras nos grupos escolares. Nestas instituições, seria concedida a instrução primária e

técnica ao aprendiz, que seria ministrada geralmente em locais anexos à estes estabelecimentos educacionais. O ensino primário profissional era destinado também àquelas crianças desfavorecidas da fortuna, para saírem da condição de ameaça social, estudarem e aprenderem, concomitantemente uma profissão. Dito isto, é importante destacar que o estado mineiro combinou as duas modalidades de ensino.

Em julho de 1896, em Minas Gerais, o então deputado Mendes Pimentel propôs o projeto de organização do ensino profissional primário, com a criação dos Institutos de Educandos Artífices, que tinham por objetivo formar “operários e contramestres”, por meio do ensino gratuito da destreza manual e dos conhecimentos técnicos às crianças das camadas populares, de 9 a 13 anos de idade.

Ainda, segundo Gonçalves e Chamon (2012), no ano de 1906, o governo incluiu o ensino profissional na reforma da instrução pública, compondo assim a mais nova organização do Ensino Primário, que passou a se chamar Ensino Técnico Prático e Profissional, o qual foi instituído pela Lei de n. 444, de 3 de outubro de 1906, poucos dias após vigorar a Lei de n. 439, de 28 de setembro de 1906, que reformaria o ensino primário e criaria os grupos escolares.

Estes autores apontam que esta reforma da instrução pública em 1906 levou a formação profissional para dentro do ensino primário, pois, a Lei n. 444, previa que o ensino técnico e prático deveria ser ministrado nas escolas primárias, sob o argumento de que o ensino primário só ficaria completo se fosse anexado a ele o ensino técnico. (GONÇALVES; CHAMON, 2012).

Acerca de como o ensino profissional primário seria ministrado em Minas Gerais, e os seus conteúdos, ele aconteceria:

[...] sob a forma de internato [...] eram obrigatórios o ensino de um ofício, o ensino primário, o desenho elementar, o desenho geométrico, a música, a ginástica e a instrução militar e, facultativa, a aprendizagem de mais de um ofício. O ensino elementar primário e o ensino de desenho seriam ministrados por professoras normalistas [...] e o ensino de ofício, por mestres contratados [...] os mestres ensinariam os ofícios de: armeiro, armador, abridor, alfaiate, chapeleiro, carpinteiro, couteleiro, dourador, encadernador, entalhador, ferreiro, funileiro, fundidor, gravador, latoeiro, litógrafo, marceneiro, oleiro (arte cerâmica), ourives, pedreiro, sapateiro, sirgueiro, seleiro e correeiro, serralheiro, torneiro, tintureiro e tipógrafo. (GONÇALVES; CHAMON, 2012, p. 155).

Segundo esses autores, o ensino profissional primário em Minas Gerais desde a sua gênese teve como alvo as crianças pobres, e desvalidas, a fim de retirá-las da rua, e

evitar que elas não se tornassem marginais, oferecendo a dignidade por meio do trabalho, semelhante ao ocorrido a nível nacional, com as demais escolas profissionalizantes implementadas pelo país, que tinham essa função social assistencialista, expressa também por Moraes (2015) quando esclarece sobre as funções econômica e social dessas escolas.

Sob esta mesma perspectiva, Gonçalves e Chamon (2012) também argumentam que o ensino profissional, enquanto modalidade de instrução, foi pensado para ser modelo de ensino, sendo implementado por todo o estado mineiro em diferentes locais, com o objetivo de ser o centro de formação de operários e contramestres. De acordo com Ribeiro e Araújo (2017), a implantação deste modelo para os trabalhadores em Minas Gerais, em especial na cidade capital Belo Horizonte, aconteceu por meio da iniciativa da União, com o Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909. Para estes autores a capital mineira desde a sua criação, reconhecia, a necessidade de se apresentar como cidade-símbolo da modernidade republicana. Assim, o ensino profissionalizante nesta cidade, tanto urbano como rural, aparecia nos discursos republicanos ligado à ideia de uma civilização moderna, que se pretendia industrializar.

Estas explicações se harmonizam com o que argumentam Gonçalves e Chamon (2012). Sobre as características da formação profissional para tornar o Brasil moderno, este autores explicitam que:

Essa formação deveria contemplar tanto as primeiras letras, condição de usufruto da cidadania, quanto o ensino técnico, condição de progresso material e de inserção do Brasil na modernidade, representada pela indústria e pelas relações livres de trabalho. Oferecendo ao operariado a inserção na sociedade moderna por meio do conhecimento das técnicas e das primeiras letras, o ensino profissional cumpriria seu objetivo no novo mundo do trabalho que surgia. (GONÇALVES; CHAMON, 2012, p. 155).

Nestes termos, percebeu-se como esta formação objetivava inserir o futuro operário nesta nova sociedade, o que levaria à construção do progresso. Deste modo, salienta-se que o trabalho era peça chave, para se estabelecer a modernização brasileira na Primeira República. Após estas considerações acerca do histórico do ensino profissional em Minas Gerais, no próximo item serão abordadas as características da *Revista do Ensino de Minas Geraes*, por ser esta a fonte histórica examinada nesta pesquisa, e nela aparecer redações que tratam do ensino profissional, que são o alvo de interesse deste estudo.

### 3 CARACTERÍSTICAS E CONTEXTO HISTÓRICO DA REVISTA

Segundo Biccas (2005) os impressos pedagógicos, como é o caso das revistas educacionais, têm sido analisados em sua materialidade, enquanto suporte teórico, considerando a importância histórica dos escritos que neles eram veiculados, e a sua apropriação nas práticas educacionais. E, Biccas (2008) considera que a *Revista do Ensino de Minas Geraes* foi o único impresso oficial produzido em Minas Gerais para formar professores de 1920 a 1940, pois, as poucas revistas que circulavam neste momento eram de iniciativas privadas ou da Igreja Católica, que tiveram um ciclo de vida muito breve. No estado circulavam revistas pedagógicas dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e até de outros países da América Latina, América do Norte e da Europa.

De acordo com Rodrigues e Biccas (2015) a *Revista do Ensino de Minas Geraes* foi um dos mais importantes impressos pedagógicos oficiais do estado mineiro, dentre os outros existentes, se não o mais importante. Sua publicação foi longa, sendo considerado o periódico mais representativo da história da educação mineira, não apenas pela sua permanência ao longo de 50 anos, de 1925 a 1971, mas, pelo seu papel relevante para a formação de professores e conformação do campo educacional no Estado, patrocinada pelo governo estadual.

Em sua tese de doutorado, Biccas (2008) trata especificamente desta imprensa, e explicita que a linha editorial da Revista do Ensino foi a princípio elaborada, com base nas concepções pedagógicas alicerçadas na arte de ensinar, que se misturavam com a introdução de novas correntes pedagógicas praticadas na França, Inglaterra, Dinamarca e Suíça, nas quais a criança era considerada como um ser ativo, ou seja, as concepções da Escola Nova<sup>14</sup>, que também atendia pelos nomes de Escola Moderna, Pedagogia Ativa, ou ainda Pedagogia Renovada.

---

<sup>14</sup> A Escola Nova, de acordo com Aranha (2006) foi um movimento que começou no início do século XX, que defendia a educação ativista, baseada numa renovação pedagógica, com viés progressista, sua busca teórica se pautava em fundamentos filosóficos e científicos para a realização de uma prática educativa mais eficaz, sendo contrária à Pedagogia Tradicional. Preocupava-se em formar cidadãos em uma sociedade democrática e plural, e em formar alunos ativos, que podiam se expressar. Estimulava o processo de socialização da criança, desenvolvimento da individualidade, e da autonomia, aspectos que só poderiam ser construído em uma escola não autoritária, que propiciasse ao educando a oportunidade de aprender por si mesmo, e aprender fazendo. A ênfase dessa pedagogia escolanovista não estava no acúmulo de conhecimentos, mas sim na capacidade de aplica-los às situações da vida. As ideias de John Dewey um pedagogo americano, entre 1920 e 1940, foram importantes na divulgação desse movimento, que influenciaram as concepções pedagógicas do Brasil até a década de 1950 aproximadamente.



Em relação às estratégias editoriais, a autora expõe que os redatores não estabeleceram uma linha definida para as sessões desta tecnologia pedagógica do período de 1925 a 1926. Até o número 3, não existia sessões na Revista, e nas capas apareciam os sumários, estes por sua vez exibiam no cabeçalho os títulos dos assuntos que constavam nas edições que cada número trazia em seu cabeçalho. A configuração de seções só apareceu a partir do número 4.

No entanto, não eram sessões fixas e não havia uma sistematicidade nem continuidade delas em nenhum dos números veiculados nesse período. Foram publicadas seções denominadas como: Pedagogia; Higiene escolar, Recreativa, Oficial, Páginas Históricas; e Variedades. Todavia, todas elas foram descontinuadas depois de 1926. Neste ano foram criadas quatro novas seções: Folk; Os grandes nomes; Canto nas Escolas; e Aulas de Aritmética. Em 1927, mais três novas seções: Era uma vez; Informações Úteis e Notas. E nos anos de 1928 a 1930 passaram a fazer parte da Revista seis novas seções: Atos oficiais; Seção Centro Pedagógico Decroly; Escola Moderna; Nossos Concursos; A Voz da Prática; e Daqui e Dali.

Sendo assim, o que é de fato importante destacar a partir destas informações registradas nos estudos de Biccás (2008), é que a maioria dos textos publicados não possuía identificação específica nas seções do periódico, além de serem também denominados pelos próprios editores como seções. Além disso, os títulos dos assuntos podem ser considerados também como seções porque as redações de destaque apareciam quase sempre nos sumários.

Mencionar estas informações é relevante porque a expressão “ensino profissional” pouco aparece nos sumários das Revistas que circularam de 1925 a 1930, revelando que esta imprensa não evidenciou esta expressão nos sumários dos demais números publicados, e pouco tratou sobre este assunto. Contudo, foram localizados textos que tratam explicitamente desta temática e que merecem ser analisados com empenho, pois muito podem contribuir significativamente para os estudos em História da Educação.

Após estas considerações, é importante também salientar que este impresso pedagógico oficial pôde circular até as regiões mais distantes do estado porque era barato (acessível) e eficiente, e um dos mais importantes canais de comunicação da Diretoria de Instrução Pública<sup>15</sup> sobre a educação, para divulgar as novidades

---

<sup>15</sup> Conforme Biccás (2008) a Diretoria de Instrução Pública era um órgão oficial do Estado de Minas Gerais, responsável por organizar as reformas educacionais no estado, auditar a educação ministrada nos

educacionais daquele período, aos profissionais das instituições escolares. Acerca deste impresso oficial Biccás (2005) afirma que:

[...] O fato da Revista do Ensino [...] ser um impresso pedagógico oficial, pressupõe que traços das políticas educacionais mineiras estarão sempre presentes em suas páginas, por meio de estratégias e mecanismos que poderiam ser considerados periféricos, mas que, neste caso, são fundamentais para perceber a composição e transmissão de mensagens que se pretende divulgar e inculcar junto aos professores da rede pública mineira. (BICCAS, 2005, p. 1).

E acerca deste contexto histórico descrito, Biccás (2008) argumenta que a *Revista do Ensino de Minas Geraes* era um impresso oficial do governo estadual elaborado e editado pela Diretoria de Instrução que priorizou este impresso como um instrumento de formação de professores; em suas páginas, ao mesmo tempo estavam publicadas “recomendações”, e também argumentações que indicavam uma ação fiscalizadora. Os inspetores da Diretoria de Instrução Pública controlavam a disponibilização da Revista nas escolas e nos grupos escolares, além de acompanharem a leitura e consulta da mesma pelos professores e diretores. Dessa forma, ela se constituiu como um canal de comunicação direto entre Diretoria de Instrução e professores, tornando-se uma importante estratégia para ganhar adesão docente em assuntos como novidades nas Reformas educacionais, fundamentos da Escola Nova, concepções de educadores estrangeiros e teorias pedagógicas, etc.

Acerca do período histórico em que a Revista circulou, considerando a década de 1920, Rodrigues e Biccás (2015), explicam que o estado de Minas Gerais teve como governador Antônio Carlos de Andrada de 1926 até 1930. Neste período Francisco Campos foi Secretário do Interior e teve ao seu lado o Inspetor da Instrução Pública Mario Casasanta. Esses homens foram os criadores e implantadores da Reforma mineira e também responsáveis pela edição desta imprensa pedagógica. Para atingir diretamente os professores, eles remodelaram a *Revista do Ensino de Minas Geraes* sob a intenção principal de instaurar os preceitos da Reforma e de ampliar a circulação e divulgação desse impresso.

---

estabelecimentos educacionais, por enviar inspetores que fiscalizassem as escolas, bem como o trabalho da equipe pedagógica das instituições, e ainda promover Congressos mineiros sobre educação e instrução pública. Em 1928, segundo Souza (2001) foi extinta a Diretoria de Instrução Pública passando a existir a Inspeção Geral da Instrução, que se tornou responsável pela direção da *Revista*.

Souza (2001) explicita que dentre as Reformas Educacionais<sup>16</sup> de Minas Gerais na década de vinte, a que mais possuía um caráter disciplinador, era a Reforma Francisco Campos<sup>17</sup>, que se preocupava com quase todos os aspectos disciplinares relacionados ao ensino. Nela o professor, era uma das peças mais importantes na engrenagem reformista, por isso, não escaparia a essa ação corretiva, pois, diante do contexto desta Reforma precisava regular a si mesmo, para depois exercer um papel disciplinador. Este era um dos princípios do governo mineiro, regular os mestres, para que estes disciplinassem seus alunos, até se conseguir a almejada sujeição da nação.

Apesar da Reforma ter se processado oficialmente só em 1931, vale a pena lembrar que o Secretário de Interior Francisco Campos, empossado em 1926 influenciou os rumos educacionais desde quando foi investido em seu cargo. Conforme Souza (2001), já neste mesmo ano, ele convocou os professores a participarem de um Congresso de Instrução Pública que se realizaria entre 9 a 14 de maio de 1927. A realização deste Congresso possuía dois objetivos: proporcionar aos dirigentes uma visão acerca do professorado mineiro e dissuadi-los a levarem à frente a Reforma que se pretendia realizar. Desta forma, embora a Reforma tenha culminado oficialmente só em 1931, ela foi forjada e elaborada basicamente entre os anos do recorte histórico aqui estudado.

De semelhante modo, Biccas (2005) elucida que a Revista foi uma das principais estratégias de formação de professores, produzida a partir da reforma educacional, e ressalta que este impresso foi editado com a finalidade de promover mudanças na cultura pedagógica do professorado mineiro. Desta maneira, a finalidade de conformar o comportamento docente, almejavam conformação da pátria, porque a Reforma Francisco Campos, propunha disciplinar inicialmente os professores, para então se obter a disciplinarização da nação.

---

<sup>16</sup> As reformas educacionais ocorridas no início da Primeira República foram: a Reforma Eptácio Pessoa em 1901, a Reforma Rivadávia Correa ocorrida em 1911, a Reforma Carlos Maximiliano em 1915, e a Reforma Francisco Campos em 1931.

<sup>17</sup> Alguns preceitos básicos pretendidos pela Reforma Francisco Campos (1931) são destacados por Dallabrida (2009), oficialmente a nível nacional a Reforma pretendia: modernizar o ensino secundário, e conferir organicidade à cultura escolar através de uma série de medidas, como: o aumento do número de anos do curso secundário, separado em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória, imposição de sistema de avaliação de alunos detalhado, e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas objetivavam produzir discentes secundaristas produtivos e autorregulados, ajustados à sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no país, em 1930. “A Reforma Francisco Campos, desta forma, marca uma inflexão significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização”. (DALLABRIDA, 2009, p. 1).

Nos estudos realizados por Coelho e Alves (2017) compreendeu-se que as tentativas doutrinárias feitas pela *Revista do Ensino de Minas Geraes* de 1925 a 1930, em suas mensagens para as mestras mineiras, especialmente as professoras primárias, tinham o objetivo de instruir seu trabalho pedagógico em sala de aula, recomendando que seguissem, por exemplo, os princípios da Escola Nova; com a intencionalidade de moldar seu comportamento social ao estampar instruções e prescrições para a sua atividade profissional docente.

Após estas explicações feitas a fim de situar o contexto nacional e estadual do referido momento histórico, histórico e características da Revistas do Ensino pertinentes para esta escrita, este trabalho tentará discutir a temática do ensino profissional, enquanto objeto de estudo, nas próximas páginas por meio da interpretação das fontes selecionadas. Nesta empreitada, começa-se a abrir caminhos para posteriores pesquisas científicas na área da História da Educação, que também se interessem por este mesmo assunto, sob o prisma destas mesmas fontes históricas. A seguir, estão expressas as análises de alguns enunciados deste importante periódico.

#### **4 ANÁLISES**

Após a leitura historiográfica das 52 publicações no período de 1925 a 1930, e posterior análise documental, não se encontrou nenhuma notícia sobre o ‘ensino profissional’, mas, localizou-se a ocorrência de 1 discurso oficial, e 10 artigos de opinião que tratavam direta ou indiretamente, sobre o tema. Destes, foram selecionados o discurso oficial, e os 8 artigos de opinião.

Considerando estas 9 fontes selecionadas, o termo em destaque apareceu no sumário da Revista de número 1 do volume 1, expresso como “Ensino Primário Profissional”; e no número 23 do volume 3, expresso como “O ensino profissional”. Estes indicadores revelam que este assunto foi pouquíssimo enfatizado nos sumários de todas as publicações lidas. As demais ocorrências foram verificadas nos volumes 1 e 3.

No volume 1, houve outra ocorrência no número 1, e duas ocorrências no número 4, uma ocorrência no número 5 e uma no número 7. No volume 3, houveram duas ocorrências no número 23 e uma no número 21. Estas informações evidenciam que esta imprensa pedagógica pouco tratou sobre o tema de interesse, porém, mesmo havendo poucas ocorrências nos volumes que circularam no recorte histórico citado, o modo como os escritores expuseram os textos merece ser analisado com atenção,

porque sem dúvida revelam nuances históricas muito importantes para o entendimento da educação delineada neste contexto. Sendo assim, as 9 enunciações selecionadas, foram cuidadosamente analisadas, sendo citados na íntegra os fragmentos considerados mais relevantes, e analisados de acordo com das cinco categorias de análises criadas para o estudo, dispostas nos eixos de análises.

Para iniciar as investigações importa esclarecer que as redações da Revista pregavam a educação profissional, preocupada com a formação moral e cívica dos indivíduos. Mas, para esta pesquisa, apesar de os textos desta imprensa defenderem expressamente o termo educação, acredita-se que não houve um processo educativo no sentido de *educere*, para a preparação de estudantes reflexivos, mas sim uma educação no sentido de *educatio*, pois, ao que parece, o ensino profissional delineado estava mais preocupado com a rápida instrução, e a capacitação de pessoas nos cursos profissionalizantes. Neste sentido, interpretou-se que a educação profissional possuía de forma mais evidente um caráter instrucional do que um caráter voltado para o desenvolvimento intelectual.

#### **4.1 O valor do trabalho, e o *Slöjd* nos textos da Revista.**

Conforme Souza (2001), o valor das atividades laborais no período republicano, estava por ser construído, de modo a desmanchar sua visão negativa associada ao período escravista. O trabalho na indústria, por sua precisão, eficiência, ordem e produtividade, deveria se tornar um modelo para a educação. “Se, por um lado, o trabalho disciplinava, por outro, a disciplina auxiliaria na formação de sujeitos para o mundo do trabalho.” (SOUZA, 2001, p. 107). Nesta situação, é preciso ratificar que o ideal republicano pregava que a formação profissional objetivava inserir o futuro trabalhador na sociedade moderna, e que o trabalho seria a peça chave, para introduzir o Brasil na modernidade republicana.

Acerca deste contexto histórico, Souza (2001) aponta que havia clara preocupação da elite com os trabalhos menos valorizados, sendo preciso construir sua importância para o progresso brasileiro. Considerando que as classes mais abastadas necessitavam das ocupações menos valorizadas financeiramente, era preciso afirmar a utilidade do trabalho para que pudessem se manter dominantes. Neste sentido, a Revista do Ensino foi um dos instrumentos de veiculação sobre o valor do trabalho:

As escolas profissionais [...] Dizer como operam essas escolas [...] resumirei: educar os moços no trabalho de associação; dar-lhes ide precisas de execução e acabamento perfeito; ensinar-lhes **o valor do trabalho**; mostrar-lhes os interesses do obreiro e os do patrão; a fiel execução dos seus encargos, o respeito aos contractos e a necessidade de concorrer para os progressos da industria, que são tambem os seus e os de sua patria. (GONZAGA, 1925, p. 135-136, grifo nosso).

O que se percebe diante deste fragmento é que a Revista do Ensino, por intermédio de orientações como esta, sobre as escolas profissionais, provavelmente intentava aconselhar toda uma juventude sobre o valor das atividades laborais, educando moços para o trabalho, obedientes aos patrões, visando por fim o avanço da indústria.

Identificou-se que o valor laboral no contexto da República Velha precisava ser afirmado com veemência, até que os professores, alunos, trabalhadores, e igualmente toda a sociedade, compactuasse dos valores da eficácia que ele detinha em si mesmo, ao fazer progredir a indústria, sendo isso importante para promover a prosperidade brasileira. Desta maneira, reconheceu-se que o trabalho tinha o objetivo de promover a riqueza pública nacional, e que o texto escrito por Gonzaga (1925) mencionado há pouco, contribuía para admoestar o público docente quanto ao valor da labuta, para que fosse inculcado nos aprendizes.

Diante desta confirmação, em relação às atividades laborais, localizou-se nos estudos de Souza (2001) um possível paradoxo: “[...] O trabalho manual na Escola Moderna não teria um objetivo profissional, mas somente educativo, não menosprezando, no entanto, as aptidões as quais o indivíduo poderia desenvolver”. (SOUZA, 2001, p. 109). Apesar disso, a finalidade do ensino profissional era a de proporcionar a preparação para o mercado de trabalho, sendo assim, como entender esta aparente contradição?

Uma resposta provável é que possivelmente os escolares do ensino primário profissional não saíam prontos para a inserção automática no mundo trabalho, até porque as condições em que recebiam a instrução profissional eram bastante precárias, e enquanto crianças precisavam ser educadas para que depois ocupassem postos laborais.

Neste ínterim, o projeto educacional destinado àqueles das camadas populares deveria começar desde muito cedo, já no ensino primário com aprendizagem conjunta de ofícios manuais, que buscava inseri-los posteriormente no mercado de trabalho. Por esta razão, desde as primeiras letras, tornava-se fundamental que eles aprendessem a execução de ofícios, para que pudessem escolher a futura profissão de suas vidas. Por

que: “[...] o ensino primário [...] deve servir de base aos conhecimentos técnicos da profissão, que mais tarde o educando irá abraçar [...]” (GOÉS, 1925, p. 5). Assim, esta educação (*educatio*) objetivava proporcionar ao aprendiz a sua futura escolha laboral.

Mas, enquanto estivesse em formação, ele receberia o *Slöjd*, que é justamente a aprendizagem de trabalhos manuais com fins educativos, que implicitamente carregava sim um objetivo profissional, mas não imediato. Acerca do significado desta palavra: “*Slöjd* é hoje um tema universal, consagrado na Suécia, onde há uma escola destinada ao preparo de professores para ensinarem a praticabilidade manual com finalidade pedagógica educativa.” (GONZAGA, 1925, p. 123).

Nestes moldes, importa realçar que a instrução para o trabalho, aparentava possivelmente possuir na opinião do articulista<sup>18</sup> Gonzaga o tom de *educere*, mas na ótica deste estudo entende-se que ela assumiu o tom de *educatio*. Para este redator, a educação profissional deveria acontecer por meio de três tipos de seriação, sendo o *Slöjd* o primeiro passo da escola primária. Este termo é explicado a seguir:

[...] ao apresentar o plano geral da educação pelo trabalho, cumpre dividi-lo de modo a facilitar a compreensão geral e as vantagens que advêm de tal seriação. O primeiro passo é o *slöjd* applicado á escola primaria; o segundo, o ensino profissional, proprio das escolas profissionaes ou continuativas; e o terceiro, que cabe ás escolas industriaes monotecnicas, que corôa a systematização técnica escolar, vizará a formação dos mestres e dos industriais. O *slöjd* é o trabalho manual sem fins ou preocupações obreiros immediatamente; é o trabalho puramente educativo, base e fundamento do exercicio das fontes de inferencia. e' o meio geral de formação de habitos Morais e de preparação e formação da alma civica da criança e do joven [...] que vae desde do jardim de infancia, através da escola primaria, passando pelas normaes e profissionais, até as faculdades e academias, porque o trabalho manual em qualquer phase que o encontramos é sempre o *slöjd* mais ou menos ampliado [...]. (GONZAGA, p. 132).

Nestas argumentações, examinou-se que o significado do *Slöjd* concerne a trabalho manual puramente educativo, sem preocupações profissionais imediatas, que intencionava a educação cívica da criança e do jovem, desde a escola primária. Com isso, é possível entender a seguinte afirmação: “[...] a grande causa da educação [...] a maior das causas nacionais [...] della depende a formação civica e econômica do povo [...] na peleja de criar e infundir habitos de trabalho.” (GONZAGA, 1925, p.183).

Neste contexto, compreendeu-se que o *Slöjd* aos olhos da Revista proporcionaria a educação moral e cívica na Escola Profissional, e ainda infundiria hábitos laborais:

---

<sup>18</sup> Um articulista é um escritor de artigo de opinião.

O trabalho manual é substancialmente educativo. Como prosecução do Slöjd, participando dos fundamentos deste systema, a Escola Profissional se destaca, como a escola por excellencia, para a educação moral e cívica, pelos hábitos que infunde [...] a educação é o exercício que se torna habito, character, sentimento e alma (GONZAGA, 1925, p. 182).

Diante desta afirmação, identificou-se que o valor do trabalho era constantemente reiterado na Revista do Ensino, porque representaria, na visão do periódico, a educação moral e cívica dos aprendizes mediante aos hábitos que infundiria, além de desenvolver a pátria economicamente. Porém, tendo em vista o meio de veiculação desse ideário, analisa-se que, o que se processou de fato, foi o *educatio*, porque os indivíduos seriam moldados para serem patrióticos e bons trabalhadores, mas sem conseguirem questionarem o mundo à sua volta, à que propósito maior dominante, capitalista e homogeneizador estariam se submetendo.

Neste enunciado se reconhece também que esta representação acerca do ensino profissional e do valor do trabalho intencionava aconselhar o público docente leitor, por meio de mensagens que anunciavam que a escola profissional se destacava pela excelência que possuía, e pelos hábitos que incutia em seus alunos, a fim de disciplinarizá-los.

Desse modo, observou-se como o projeto educacional (*educatio*), delineado para o ensino primário profissional na Primeira República trataria primeiro de disciplinar e educar civicamente a mente e o corpo dos alunos por meio do *Slöjd*, para posteriormente possibilitar-lhes uma profissão. O trabalho manual na escola serviria então, para a disciplinarização dos indivíduos, controle do tempo e do corpo, docilizando e conformando os sujeitos sob a alegação de revelar aptidões latentes, levar ao equilíbrio físico, educar com excelência, imprimindo aptidões para a vida prática. Como ficou evidente no fragmento a seguir:

[...] o trabalho manual exercita as três faculdades maximas da actvidade: atenção percepção e intuição [...] disciplina o educando [...] desperta na criança a revelação das aptidões latentes [...] com o trabalho manual a atividade muscular aumenta a excitabilidade phisicas [...] estabelecendo assim o equilibrio physiologico [...] segundo o *systema pedagogico* [...] o trabalho manual é excelente meio educativo, que consegue imprimir á mão uma aptidão geral às diversas circunstancias da vida prática [...]. (GOÉS, 1925, p. 5).



Neste viés, a autora Souza (2001) mostra igualmente que outro redator da Revista chamado Escobar assegurava que o bom hábito de trabalhar, substituiria as tendências más pelas boas, ocasionando um “*endurecimento psicologico*”, que mais tarde se tornariam permanentes. Além disso, no artigo de opinião de Gonzaga, que tratou do *Slöjd* como sendo substancialmente educativo, na continuação do texto foi evidenciado que o professorado teria papel fundamental nesta tarefa disciplinarizadora,

[...] a educação é o exercício que se torna habito, caracter, sentimento e alma. E nisso está a missão fundamento e a razão de ser da escola. O mestre que sabe inculir hábitos [...] este sim merece o nome de mestre [...] Finalmente, que é que se visa com essas organizações escolares? Não é formar habitos civicos, não é republicanizar o povo, habilitar o jovem pela pratica a exercer as funções que mais tarde terá, forçosamente que desempenhar na vida social, de que é elemento integrante? Nesse combate o professor trabalha, súa e cria; a escola é o borborinho, a officina a granja, o lar a sociedade em miniatura [...]. (GONZAGA, 1925, p. 183).

Nesta tarefa educacional de cunho disciplinar, os docentes eram fundamentais, porque eles seriam os responsáveis por inculcarem o hábito do trabalho nos escolares. Retomando o trecho citado, na parte da afirmação de que o professor que soubesse inculir hábitos era o que merecia se chamar mestre, supõe-se que a intencionalidade do articulista Gonzaga era a de sugestionar este público, ele provavelmente estava admoestando os mestres leitores sobre a necessidade deles empenharem-se mais, a fim de conseguirem inculir tais valores em seus aprendizes. Deste modo, este texto revela que a representação do ensino profissional veiculado na Revista do Ensino, dirigida ao público leitor educador, tinha a finalidade de influenciar na sua formação de opinião acerca da importância que possuía a instrução profissional para o progresso nacional.

Na frase que denota a escola como o “borborinho, a officina a granja, o lar a sociedade em miniatura”, infere-se que a intenção desta escrita era a de fazer com que os educadores, espalhassem essas doutrinas e valores, inculindo-as em seus alunos que por sua vez, espalhariam aos seus familiares, e aos amigos, até que, paulatinamente toda a sociedade brasileira fosse convencida, e conformada.

Nestes fragmentos analisados, confirma-se a hipótese deste estudo, de que a intenção da Revista ao mencionar o ensino profissional, era a de exortar os professores quanto às virtudes do ensino profissional, que neste caso que seriam apreendidas através do trabalho. Uma vez que os mestres educassem e disciplinassem os seus alunos, isso se perpetuaria até que se alcançasse o progresso da pátria e o alcance da modernidade na

República Oligárquica. No próximo item de análise, será tratado como possivelmente se delineou este ensino profissionalizante para homens e mulheres, meninos e meninas a partir desta perspectiva disciplinarizante, identificada nos textos do periódico.

## 4.2 O ensino profissional masculino e o feminino

A Revista do Ensino, em suas redações, fazia clara distinção entre as atividades laborativas a serem feitas pelas meninas e pelos meninos. De acordo com Souza (2001), o Congresso de Instrução Primária decidiu que a partir do 3º ano primário, às meninas deveriam ser oferecidas aulas de Economia Doméstica e, para os meninos, aulas de *Slöjd*. Nesta dissertação, a autora destacou que o significado desta palavra compreendia os trabalhos manuais masculinos, o termo ainda é definido pela autora como trabalho artesanal realizado com madeira.

Todavia, no programa do ensino primário, Francisco Campos não pregava tal dicotomia, inclusive afirmou que o menino, caso tivesse interesse, poderia frequentar a costura para tornar-se alfaiate, assim como a menina, se quisesse, poderia escolher a marcenaria, a jardinagem ou a horticultura. A escolha seria feita segundo o interesse dos estudantes. Entretanto, recomendou-se que ambos os sexos aprendessem a preparar um lanche, fazer café, fazer doces, servir a mesa, conforme as regras de higiene indispensáveis.

Em relação ao ensino profissional masculino nas páginas do periódico localizou-se o seguinte enunciado:

Para as escolas profissionaes masculinas [...] deverão ter preferencia pelas incontestáveis perspectivas de prosperidade, as sessões de mecânica [...] electro-technica, nos centros industriaes, e de agricultura nas zonas ruraes. As secções de palha, de vime e bambu, de artefactos de couro, de pedra, tijolo e cimento e a de pintura e trabalhos de estuque [...] Na secção de mecanica [...] uma officina especial, applicada aos motores de explosão, de reforma, reparos, concertos e aparelhamento de auto-viaturas. (RANGEL, 1927, p. 523).

Diante disto, identificou-se que o ensino profissionalizante masculino propagado na Revista, assegurava que os ofícios destinados aos meninos tinham incontestáveis perspectivas de prosperidade nacional, pois, ao prepará-los para a indústria, para a agricultura e para as oficinas, conduziriam ao enriquecimento da nação.

Acerca do ensino profissional feminino no referido impresso, localizou-se que o articulista Gonzaga teceu orientações e críticas às escolas femininas, defendendo que:

A finalidade do ensino profissional de artes e ofícios para a mulher não me parece bem orientada. A escola profissional dever-se-ia chamar «Escola de Educação domestica e profissional». Eu quero a escola que prepare a dona de casa, dando-lhe uma profissão, e não a escola que forme operarias, em detrimento da sua missão social. Deixamos de parte toda essa questão de direitos, reivindicações e feminismo [...] (GONZAGA, 1925, p. 117, grifo do autor).

Para ele, a escola doméstica não estaria sendo bem conduzida, porque o trabalho manual ensinado não estava preocupado com a confecção de objetos úteis ao dia-a-dia de uma casa:

Alli se viem colchas de seda, cortinas, bordados, almofadões, almofadas, centros de mesa; não se via, porém, nenhum paninho de algodão; não se via nenhum objeto de utilidade. Era somente a ostentação, quer dizer, a quasi inutilidade para as meninas que frequentam esses estabelecimentos de ensino. (GONZAGA, 1925, p. 118).

Neste sentido, o autor se mostrava favorável à maternidade, e à formação de boas donas de casa, bem como ao matrimônio, argumentando que, em especial, para as moças pobres, esta formação seria a salvação delas:

Ser mãe de família, dirigir o lar, é a missão que Deus lhe marcou [...] (eu até acho, que nem as ricas têm o direito de desconhecer o trabalho da educação dos filhos e a direção do lar); mas para a classe pobre só na escola doméstica está a salvação. Na escola doméstica a mulher deve aprender a ser boa dona de casa [...] A escola tem de visar a formação da mãe de família, e a sciencia que deve nos preocupar é a «economia domestica», ou antes, a «sciencia do lar» (GONZAGA, 1925, p. 118, grifo do autor).

Esta ciência do lar, a economia doméstica, compreendiam lições de economia, para que as mulheres aprendessem a economizar na culinária de casa, evitando o desperdício de comida jogada no lixo, realizando o reaproveitamento de cascas de alimentos e elaborando cardápios baratos, impedindo, deste modo, que o dinheiro dos maridos fosse literalmente para o lixo; haviam lições de economia de gastos com roupas, por meio do ensino de bordado, corte e costura, onde aprendiam a bordar, a confeccionar e consertar as próprias roupas e a dos familiares; lições de como preparar

sabão, para não ter que comprá-lo, etc. Ou seja, o papel da mulher era o de auxiliadora do esposo, cuidadora da casa e dos filhos, sem realizar desperdícios financeiros.

Diante disto, pôde-se analisar como os papéis masculinos e femininos neste contexto histórico da República Velha eram distintos, demonstrando que havia aí uma educação sexista, ou seja, uma educação diferente para meninos e meninas, por causa de uma sociedade ainda patriarcal, em que o papel social masculino, sobrepõe-se ao feminino. Oliveira (2012) elucida que a domesticidade das atividades femininas está relacionada ao ideário de que no espaço público, homens e mulheres posicionavam-se de maneiras diferentes. O homem podia ter uma relevância social: o homem público, e, estava imbuído de uma função oficial, de papel importante e reconhecido. A mulher pública, porém, era sinônimo de vergonha, a parte escondida e rechaçada, era um vil objeto. Para os homens caberia o “mundo” fora de casa, enquanto que para as mulheres, o privado e a casa. Por isso, entendeu-se a partir deste autor que o recôndito da mulher estar preferencialmente no lar, todavia a mulher pobre por causa da necessidade da sobrevivência poderia trabalhar.

Neste âmbito, observou-se que o papel da mulher na República Velha estava no geral, mais restrito à vida doméstica, no caso da mulher rica, e que a imprensa pedagógica estudada reforçava esta admoestação dirigida aos educadores mineiros, possivelmente tentando convencê-los de que estas restrições femininas mereciam crédito. Pois, o periódico publicou na íntegra a Conferência de Gonzaga, sobre a “Finalidade do trabalho manual para mulheres”, ele era um famoso e respeitado educador paulista, totalmente favorável que as escolas femininas formassem boas donas de casa e boas mães, recomendações estas que início do século XX estavam em voga.

Mesmo assim, de acordo com Coelho e Alves (2017), à mulher possivelmente pobre ou não muito abastada, era possibilitada a carreira do magistério além da vida doméstica. Por ser a escola considerada uma extensão do lar, a escola primária precisava de professores, preferencialmente mulheres solteiras, abnegadas, dedicadas, patriotas, e que encarassem sua profissão como um sacerdócio e missão na vida terrena. Inclusive, na Revista do Ensino foram publicados inúmeros enunciados endereçados às professoras primárias sob esta perspectiva disciplinarizante, com várias prescrições para orientar o trabalho pedagógico, e o comportamento social dessas mestras.

Em Minas Gerais, os cursos profissionalizantes de formação para a carreira do magistério aconteciam nas Escolas Normais e também nas Escolas de Aperfeiçoamento. Os estudos das referidas autoras revelaram que nas escolas primárias mineiras, no

recorte histórico (1925-1930), o magistério era majoritariamente feminino. A argumentação do momento histórico que defendia que as mulheres eram mais adequadas ao exercício do magistério era alimentada por justificativas como: a inteligência feminina é limitada; os sentimentos da mulher prevalecem sobre o seu cérebro; aptidões naturais prévias devido à maternidade, conforme descrito abaixo:

[...] A mulher, pelas limitações naturais de sua inteligência, pelo absoluto predomínio do seu coração sobre o seu cérebro, pelos sentimentos de maternidade que são inatos na sua divina organização, é a professora ideal para as tenras criancinhas [...]<sup>19</sup>

Ao se deparar com este posicionamento da Revista, e também por meio dos estudos de Coelho e Alves (2017), reparou-se que esta imprensa pedagógica dissuadiu os educadores mineiros com enunciados que defendiam uma aceção de gênero, exibindo textos e fotos sobre a educação nos grupos escolares, de mulheres como professoras, e homens apenas em cargos de administração escolar. Isso demonstra que o papel feminino neste contexto histórico estava limitado principalmente ao lar ou à escola.

Retomando as análises das escolas profissionais femininas na Revista do Ensino, é preciso destacar que, apesar destas escolas não terem a finalidade de formar moças para atividades laborais fora do lar, por exemplo, como operárias, secretárias, etc; estas escolas possibilitavam uma formação para outros ofícios que não os domésticos. Embora fosse minoria, se a mulher não quisesse se casar, ou se manter solteira por algum tempo, ela poderia então abraçar outras carreiras, como as que são descritas a seguir:

[...] repito, não deve a escola domestica cuidar só disso: educar a dona de casa. E' preciso dar-lhe uma profissão, para que, quando solteira, possa a mulher viver o seu trabalho e cooperar também, ao lado do homem; e indo ás fábricas, aos escriptorios, ás profissões liberaes, concorrer para a riqueza e progresso do paíz. (GONZAGA, 1925, p. 118-119).

Diante dessas afirmações, identificou-se que a educação profissional feminina nas Revistas do Ensino intencionava formar alunas para contribuir na riqueza e no progresso do país, pois, a economia doméstica se preocupava com o desenvolvimento econômico das famílias, inclusive nos enunciados voltados para a profissão do

---

<sup>19</sup> MASSENA, João. A nova orientação do Ensino Normal. *Revista do Ensino*, BH, n. 29, p.4, jan. 1929.

magistério analisados por Coelho e Alves (2017). Logo, percebe-se que os labores femininos, e mais especificamente o ensino profissional feminino, de acordo com a perspectiva de Gonzaga, levariam o Brasil ao progresso, e à riqueza pública.

O articulista Magalhães se posicionou neste mesmo viés, ao afirmar que para tirar o país da situação de pobreza pública, das doenças e epidemias, do analfabetismo e da decadência moral do início do século XX:

[...] se impõe: A) As escolas nacionaes urbanas e especialmente ruraes, de ensino primario preliminar e complementar, que sejam postos [...] de preceitos de hygiene e que curem scientificamente das endemias [...] B) O serviço militar obrigatorio, porque o cidadão-soldado [...] habil defensor da Patria aprende o civismo [...] C) O ensino profissional, com cursos especiaes de donas de casa [...] para melhorar a nacionalidade urge em primeiro melhorar a condição educativa da mulher [...] A disciplina individual [...] fomentando e encaminhando todas as ações uteis patrióticas e cívicas [...]. (MAGALHÃES, 1927, p. 523).

Por meio deste trecho, e dos anteriores, identificou-se que as escolas nacionais profissionalizantes femininas e masculinas, e inclusive o serviço militar masculino, deveriam incentivar a higiene, o civismo e o patriotismo, porque o seu fundamento era a educação moral e cívica dos estudantes. Com isso, reparou-se também como a referida imprensa pedagógica disseminava textos que, nas entrelinhas, intencionavam o aconselhamento dos seus leitores. Pois, quando lessem estes artigos de opinião possivelmente concordariam com a ideia de que o ensino profissional, tanto feminino como masculino seria fundamental para tirar o Brasil da pobreza e dos demais problemas sociais citados, conduzindo-o à riqueza pública.

Em síntese, a Revista do Ensino se configurou como um suporte de orientação que veiculava toda essa representação sobre o ensino profissional com a possível finalidade de convencer o seu público, que na maioria era formado por professores. E, nas enunciações acima, se infere que a intencionalidade dos articulistas era a de dissuadir os mestres a adotarem um posicionamento político educacional a favor deste ensino, para que desempenhassem um fazer pedagógico em harmonia com esta proposta educacional instrutiva, disciplinarizando e incentivando seus aprendizes a aderirem aos ideais republicanos de civilidade e moralidade. E, em meio a este contexto disciplinar, a influência francesa no ensino profissional mineiro será focalizada no próximo item, já que os grupos escolares foram perpassados por ela no referido período histórico.

### 4.3 A influência francesa no ensino em Minas Gerais

O único texto localizado na Revista que preceitua uma influência europeia sobre o governo mineiro no que se refere ao ensino profissional, revelou que:

No momento em que o governo se preocupa com o ensino tecnico profissional e cuida da instalação de cursos complementares, recentemente introduzidos na organização do ensino primario do Estado de Minas Geraes, é interessante transcrever nesta revista trechos do um communicado de M. LACOIN á Societé d'Encouragement de França, em que se verifica a parte activa que as sociedades e as companhias tomam na formação dos technicos profissionaes. Para auxiliar a educação technica dos aprendizes o industrial se acha em condições infinitamente melhores e mais economicas e com meios de acção muito mais poderosos do que a escola isolada das officinas. O ensino ministrado na propria fabrica ou officina escapa ao grave inconveniente que se verifica em toda escola: o afastamento da vida, que torna o ensino meramente abstracto. [...] A educação dada ao aprendiz consiste em uma instrucção professional manual completada por cursos theoricos [...] (PEDAGOGIA..., 1925, p. 1).

Nesta enunciação é possível analisar quatro informações importantes: confirmou-se que em Minas Gerais houve a associação do ensino técnico ao ensino primário, com a instalação de cursos complementares, que ofertavam uma instrução profissional manual aos estudantes. Em segundo lugar, reconheceu-se que o ensino profissional primário em Minas sofreu influências estrangeiras de origem francesa em sua organização. Além da Revista do Ensino ter estampado na íntegra um comunicado do Senhor M. Lacoïn à Companhia de Incentivo da França (que significa Societé d'Encouragement da França), extraído de uma publicação francesa denominada *L'Ecole et la Vie*<sup>20</sup>, de 18 de abril de 1925, ano 8, número 31.

Lages (2015) confirma esta influência francesa na instrução pública de Minas já desde as primeiras décadas do século XIX, ou seja, antes mesmo do início do século XX na década de 20, em que as Revistas circularam, já há um século antes a França influenciava nas publicações mineiras. Esta autora analisa em sua pesquisa, como esta influência francesa se processou, sobretudo, por meio da circulação e usos de impressos que expunham a França como grande produtora e comerciante de conhecimentos. A partir do início do século XIX, nas práticas escolares a língua francesa tornou-se uma

---

<sup>20</sup> É uma instituição criada em 1801 para incentivar a indústria francesa. Ao longo dos anos, forneceu prêmios e apoio aos inventores, promoveu a transferência de tecnologia e técnicas de manejo, patrocinou esforços para melhorar a segurança e a eficiência e reduzir a poluição, além de promover o ensino profissionalizante na França.

hegemonia enquanto língua estrangeira Moderna, e em 1831 o Francês foi instituído como disciplina escolar na instrução pública mineira, na cidade de Mariana. Em suas análises, Lages (2015), mostra como os jornais e outros impressos davam visibilidade à diversas publicações francesas, alguns expunham na íntegra textos neste idioma, o que faz a autora identificar que muitos sabiam ler neste idioma neste período histórico:

[...] a prática da leitura na província mineira, onde vários moços, cheios de nobre entusiasmo, aprenderam o francês sem ter mestres, conheciam os melhores autores e alguns [...] chegando a falar a língua de modo inteligível [...]. (LAGES, 2015, p. 91).

Mediante a esses apontamentos, pode-se inferir que um século depois, já nos anos de 1925 em diante, a Revista do Ensino fez questão de inserir um texto pedagógico de origem francesa em sua primeira edição (considerando a fragmento acima), e em muitas outras, por ser a França um exemplo cultural e social influenciador, a ser observado também no que se refere ao ensino profissional primário.

Além do mais, Gonçalves e Chamon (2012) confirmam essa influência francesa no início da Primeira República, que se deu tanto a nível nacional como a nível estadual. Estes autores esclarecem que o deputado Mendes Pimentel em Minas Gerais, proponente do projeto de organização do ensino profissional primário mineiro, se inspirou na experiência francesa para escrever a legislação que vigorou na década de 1920. Pimentel era um leitor dos intelectuais franceses, para ele, a campanha em prol do ensino técnico primário lá na França dera-se de modo triunfal, e acreditava também que também em Minas Gerais ela seria exitosa, por isso seu projeto se inspirou no modelo francês.

Em terceiro lugar reconheceu-se que a Revista do Ensino mencionou implicitamente a existência do ensino industrial. No fragmento analisado, incentiva-se que este ensino fosse ministrado no próprio local de trabalho, ou seja, no interior das fábricas e oficinas. Sendo assim, intui-se duas possibilidades: a primeira é que esta instrução oferecia a quem já trabalhava a oportunidade de estudar no ensino primário e receber qualificação técnica simultaneamente. A segunda é que estes estudantes poderiam ir a estes locais de trabalho para adquirirem conhecimentos profissionalizantes no referido curso complementar.

Entretanto, o que se tem de evidências concretas é que o ensino profissional primário em Minas Gerais aconteceu de maneira formal, e foi ministrado em escolas,



institutos profissionalizantes, em escolas normais, em grupos escolares, e em outros locais, como será discorrido a seguir nas próximas categorias de análise.

E em quarto lugar, neste fragmento, pôde-se reparar como esta tecnologia pedagógica fez questão de dizer que era interessante transcrever uma redação retirada de uma publicação francesa, para demonstrar como o ensino profissional tanto no Brasil como no mundo, estava nas entrelinhas, relacionado ao progresso de qualquer nação, por ser visto potencialmente como um fator de melhoramento econômico, ao ser instaurado nas oficinas e fábricas.

Desta forma, o docente leitor que se defrontasse com este enunciado, que defende tal instrução profissional, possivelmente seria incitado, e levado a entender que este ensino era realmente importante, já que estava sendo implementado em outras partes do globo, imagine se fosse ampliado por todos os estados da nossa nação! Por isso, a Revista possivelmente se preocupou em publicar tal redação para poder sugerir a opinião do professorado mineiro sobre o assunto.

#### **4.4 A estruturação do ensino profissional formal em Minas Gerais**

Em relação a como o ensino profissional formal estava estruturado no estado, analisando esta imprensa pedagógica verificou-se que: o ensino profissional foi vinculado ao ensino primário; que sofreu influências francesas; que foi ministrado em fábricas e oficinas, possivelmente de modo informal no interior das indústrias, fábricas e oficinas; mas, que também foi ministrado formalmente em locais anexos aos grupos escolares. E este último aspecto, ocorreu no caso do Grupo Escolar Firmino Costa de Lavras, o grupo pioneiro em Minas Gerais que além do ensino primário oferecia o ensino técnico complementar, formando aprendizes até para duas profissões. Sobre o Grupo foi publicado que:

O Grupo Escolar «Firmino Costa», da cidade de Lavras, [...] é sem dúvida um dos mais completos institutos de ensino primário existentes em Minas. Mantido pelo Governo Estadual e instalado em 1907 [...] tem tido como o seu director [...] o prof. Firmino Costa [...] o referido instituto abrange [...] o ensino primário, o ensino tecnico-complementar, o curso para a formação de professores ruraes [...] Além da instrução primaria, ministrada em treze escolas, há o curso tecnico, representado por uma aula complementar, pela oficina de costura e bordado, pelo ensino de arte culinaria, pela marcenaria, e tambem horticultura e jardinagem [...] O alumno poderá frequentar este curso e curso tecnico preparando-se desta forma não só para

professor, mas também para outra profissão. O allumno ficará sendo, por exemplo: professor e marceneiro, ou professora e costureira, levando assim para a zona rural tanto a escola como a officina. (OS NOSSOS..., 1925, p. 112, grifo do autor).

Neste sentido, quanto aos cursos técnicos oferecidos neste grupo escolar, importa destacar que o curso rural, era um curso especialmente destinado aos alunos pobres – confirmando o que foi dito anteriormente em Minas, acerca dos educandos desvalidos da sorte. Este curso era gratuito e preparava futuros professores para atuarem na zona rural:

[...] o curso rural [...] com effeito, inteiramente gratuito, destinando-se a alumnos pobres, com o seu programma todo utilizavel no ensino primario, ministrado em condições modestas, está sem duvida apto para proporcionar bons professores ás fazendas e ás sedes districtaes, onde a instrucção precisa de desensenvolver-se o mais rapidamente possível. (OS NOSSOS..., 1925, p. 112).

Além disso, verificou-se que a importância atribuída ao ensino profissionalizante era grande, porque ele era ovacionado neste periódico, sendo considerado como o primeiro fator de riqueza pública, conforme explicitado:

[...] O problema da educação popular resume-se nestes termos: instrucção, hygiene, assistencia, ensino profissional [...] A instrucção do povo é a libertação do povo [...] O ensino profissional é o primeiro factor da riqueza publica (OS NOSSOS..., 1925, p. 112).

A partir deste fragmento, analisou-se que, em relação à educação do povo (*educatio*), o ensino profissional seria imprescindível para solucionar os problemas de higiene, instrução e assistência. No momento em que o país estava tentando se desenvolver e se modernizar, receber instrução formativa para o trabalho, libertaria o povo da miséria, da falta de higiene, e do baixo desenvolvimento social e econômico, que a grande massa da população na República Velha enfrentava. Por estes motivos, considerou-se que a intencionalidade dos escritores da Revista, ao argumentar que este ensino era o primeiro fator de riqueza pública, era a de reiterar que a formação para o trabalho conduziria a pátria à modernidade, e ao enriquecimento nacional.

Ademais, localizou-se outro enunciado na Revista que confirmou a vinculação do ensino profissional ao ensino primário:

Devem existir ligações entre o ensino profissional, considerado como meramente manual, e o ensino primário propriamente dito [...] Porque: [...] o ensino primário [...] deve servir de base aos conhecimentos

technicos da profissão, que mais tarde o educando irá abraçar [...]. (GOÉS, 1925, p. 4-5).

Neste artigo de opinião do escritor Goés foi reforçada a necessidade desta vinculação. E, no restante do texto há o enaltecimento de que a escolha de uma profissão seria possível graças aos conhecimentos técnicos adquiridos nos seguintes estabelecimentos educacionais: as Escolas de Aprendizes e Artífices, os Institutos Profissionais, as Escolas de Comércio, e as Escolas Agrícolas.

Além destas redações até aqui expostas, um trecho que fala sobre os institutos e escolas públicas de educação profissional gratuitas explicou que eles deveriam oferecer conhecimentos primários e um curso de ofícios, com conhecimentos úteis à indústria e à agricultura:

Nos institutos e escolas profissionaes, além dos conhecimentos primarios adquiridos nas escolas publicas, o curso de adaptação aos officios deve cingir-se ao aperfeiçoamento pratico da mathematica, especialmente da geometria e estereomotria, do desenho, da physica, chimica e historia natural, estas ultimas adstrictas, exclusivamente, ás noções applicaveis ás industrias e á agricultura. (RANGEL, 1927, p. 523).

Além dessas exposições, é preciso salientar que, o ensino profissional em Minas Gerais também foi oferecido nas chamadas Escolas Normais. Foram localizadas duas enunciações que informavam isso. A primeira é um discurso oficial do Secretário de Interior e da Segurança Pública Francisco Campos, pronunciado no Congresso de Instrução Primária no dia 09 de maio de 1927, e estampado na íntegra na Revista. Sua fala foi destinada aos professores mineiros, quando afirmou que:

Mais importante, porém, do que o programma é o espírito que deve orientar e animar o ensino, este não pode ser improvisado, nem fabricado na Secretaria do Interior. É obra dos professores. Para que, porém, os professores o tenha é indispensável que lhes seja communicado. Será obra de formação profissional e technica, que incumbe ás escolas normaes. E ahi esta outra grave questão, a ser objeto das vossas cogitações. Eu estou certo que o ensino normal não se acha entre nós devidamente aparelhado, para cumprir essa alta missão, a que elle, inquestionavelmente se destina. Destituído de cunho technico e profissionnal, é mais um ensino literario e livresco, sem conexão com as realidades e os contextos de noções a que ele devia se propor como fim dominante, sinão exclusivo. Urge, rever-lhes os quadros [...] renovando-lhes os processos e seimplicando os programas. [...] Aos grupos escolares, constituem sem duvida, viveiros de primeira ordem e ambiyenye incomparável para um ensino de maior efficiencia do que o que podem ministra as escolas isoladas [...]. (SESSÃO, 1927, p. 456).

A partir deste trecho foi possível analisar três pontos importantes: o primeiro é que possivelmente a intencionalidade da Revista do Ensino ao publicar esta redação era o de veicular a representação sobre o ensino profissional como algo significativo para o universo docente, atribuindo importância ao próprio papel dos professores para a efetivação da instrução profissional. Pois, o texto, além de ser um discurso oficial, que por si mesmo já merecia crédito, ainda possuía um tom conclamativo aos mestres, cujo ensino só se concretizaria na ação deles. Percebe-se nesta argumentação de Francisco Campos que havia a tentativa de motivar e exaltar os educadores, convencendo-os de que eles eram fundamentais para o ensino, quando diz que o espírito que orienta e anima o ensino (o espírito docente) era mais importante do que o próprio programa, porque não poderia ser fabricado pela Secretaria do Interior, já que seria obra dos professores.

O segundo ponto, é que as escolas normais estavam despreparadas para oferecer o ensino profissional, na opinião do Secretário do Interior, tendo em vista que seu ensino era livresco, ou seja, muito teórico e sem conexão com a realidade prática. Isto revela implicitamente que a instrução profissional preferencialmente, deveria apenas ministrar os conhecimentos técnicos (*educatio*), e não se aprofundar em discussões teóricas que levassem os aprendizes a refletirem, questionarem ou criticarem as relações sociais ou o mundo capitalista (*educere*).

E o terceiro ponto, é que nas entrelinhas do discurso de Francisco Campos ele propôs que o ensino profissionalizante fosse ministrado no ensino primário lá nos grupos escolares; porque já que as escolas normais não estavam bem preparadas, em contrapartida, os grupos escolares eram como: viveiros de primeira ordem e ambiente incomparável, para estabelecer um ensino que fosse mais eficiente, do que este outro. Eficiente possivelmente, porque ofereceria somente a instrução profissional, e não uma educação (no sentido *educere*), para o desenvolvimento intelectual e social dos escolares atendidos, pois, isto não era a finalidade pretendida.

A segunda enunciação que fala do oferecimento do ensino profissional em Escolas Normais é a do articulista Oliveira, nela aborda-se que embora os institutos normais estivessem desempenhando um bom serviço, eles ainda eram informes e apresentavam deficiências:

[...] Não se pode negar que os institutos normais mineiros, apesar de informes, como institutos de ensino profissional, tem contudo prestado bom serviço á causa da diffusão da instrucção, em geral, e do combate ao analphabetismo, em particular mesmo com a difficiencia que se nota no aprendizado ahi da língua pátria e da pedagogia applicada.

Mas os responsáveis por esta anomalia não são a elles, e sim os programmas que os submettem, obrigatoriamente, a taes deficiências. Pelo regulamento Carvalho Britto [...] referente á pedagogia, tinha muita cousa de práctico, e de útil, de aproveitável. O que o revogou supprimiu do ensino normal o programma pedagogico (!) A esse succedeu o actual, que já foi grandemente decapitado e... ainda é um mostrengo! (OLIVEIRA, 1925, p. 6).

Diante dessas colocações, acredita-se que a deficiência no aprendizado, por exemplo, da língua pátria e da pedagogia aplicada, estava sendo reclamada porque o regulamento de Carvalho Britto havia revogado a parte prática do curso normal. E isto, coincidentemente, relaciona-se com o que disse Francisco Campos no fragmento anterior, que as escolas normais haviam se tornado muito teóricas, livrescas, pouco práticas ou instrucionais, e conseqüentemente despreparadas para ofertar o ensino profissional. Provavelmente por isso, que o escritor acima disse que o programa fora decapitado e seria um monstrengo.

Nestes termos, infere-se que a intenção destes editores da Revista era a de influenciar na formação de opinião do professorado mineiro, ao expor nestes dois fragmentos mencionados anteriormente, que a instrução profissional, mesmo apresentando algumas dificuldades estruturais, e não devendo oferecer aprofundamento teórico, nem reflexivo, ela ainda assim, estava prestando um bom serviço à pátria, difundindo a instrução pública e tentando erradicar o analfabetismo. A partir desta compreensão, acredita-se que os articulistas pensavam que se ela fosse ainda mais apoiada pelos programas do governo e conformada no seio docente, ela superaria as suas intemperes e conduziria o país à riqueza pública, e à prosperidade nacional.

Após estas análises, é preciso retomar o artigo de opinião de Goés (1925), que trouxe outro elemento interessante, a ser analisado: ele conceituou o ensino profissional de modo mais amplo, ao definí-lo como: “[...] todo ensino que visa habilitar para uma profissão qualquer [...] as faculdades de direito, as escolas de medicina, são estabelecimentos de ensino profissional [...]” (GOÉS, 1925, p. 4-5).

Este autor, embora defendesse que o ensino superior, que preparava para profissões como Direito e Medicina (trabalho intelectual considerado como artes liberais), devesse estar em sintonia com os cursos que apenas preparavam para a aprendizagem de ofícios (trabalho manual e as artes mecânicas), o autor do texto admitiu a existência da separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, e mesmo não sendo favorável, discorre o que acontecia com um em detrimento do outro:

[...] sendo dois os grandes ramos da actividade humana: *trabalho intelectual* (base das artes liberaes) e *trabalho manual* (base das artes mechanicas), - o ensino d'aquêle desassociado d'este, desintegra a actividade humana, insulta um ramo do outro, desenvolve o primeiro em detrimento do segundo [...]. (GOÉS, 1925, p. 5, grifo do autor).

Diante desta exposição, observou-se que este articulista não concordava com o que escreveu. No entanto, reparou-se que implicitamente e explicitamente nas redações da Revista do Ensino seleccionadas, possivelmente a maioria dos escritores privilegiavam ou exaltavam os trabalhos manuais em detrimento do trabalho intelectual, e a razão disso será discorrida no próximo tópico de análise.

#### **4.5 Trabalho manual versus trabalho intelectual.**

Em leituras aos textos das Revistas do Ensino observou-se que alguns autores defendiam a dualidade no ensino. Eles eram favoráveis que a educação técnica fosse dada aos desfavorecidos da sorte desde crianças, com a aprendizagem dos ofícios manuais, para trabalharem na indústria, no comércio ou na agricultura, destinando desde cedo os futuros proletários. Por isso, demonstravam que a modalidade educativa ensino superior, era apenas para os alunos das classes abastadas, para que ocupassem as profissões liberais bem mais remuneradas, como médicos, engenheiros, advogados, ou cargos de chefia, etc. Para que cada pessoa assumisse o seu lugar no mundo do trabalho, e que cada um ocupasse o seu devido lugar a partir da instrução, ou educação recebida, o ensino profissional se encarregaria de “colocar homem certo no lugar certo”, de acordo com os estudos de Souza (2001).

Esta dualidade no ensino está expressa abaixo nos argumentos do autor Rangel que defendia que o ensino profissional, não deveria ser voltado para o desenvolvimento intelectual dos alunos futuros proletários, porque:

[...] dever-se-á levar muito em conta o equilibrio entre o preparo litterario do educando e a sua futura situação social. Dado o natural pendor da nossa gente para as chamadas profissões liberaes [...] faz-se mister que o curso de letras, artes e sciencias, que deve emparelhar com o preparo tecnico profissional, fique limitado ás necessidades da vida proletaria, de sorte que com esses elementos se possam formar operarios contra-mestres que raciocinem e saibam applicar succintamente, mas sem a preocupação, no caso, de desnecessária e prejudicial erudição. Desde que tal equilibrio desapareça, verificar-se-á a deserção frequente das officinas, e surgirão como candidatos aprofissões que, erroneamente, julgam mais dignas e elevadas,

aqueles mesmos que se haviam, de inicio, destinado aos vários labores munuaes. [...] O excesso de bagagem litteraria desvirtuará, fatalmente, a finalidade profissional; o rapaz que se julgar com capacidade para ser amanuense ou auxiliar de escripta, renegará as suas primeiras ambições, e enveredará provavelmente, para o commercio ou para a burocracia. Por isso mesmo, deve haver no prévio plano de organinção de um instituto profissional, não só o maximo criterio na dosagem conveniente do preparo litterario [...]. (RANGEL, 1927, p. 523).

Por meio desta argumentação foi possível compreender os motivos deste redator da Revista defender o trabalho manual em detrimento do trabalho intelectual. Ele acreditava que a instrução profissional que direcionaria futuramente os estudantes para o proletariado, não precisava desenvolvê-los intelectualmente com mais conhecimentos teóricos ou literários. Pois, isto seria desnecessário, algo considerado como erudição prejudicial, já que eles seriam apenas operários ou contamestres, bastando somente raciocinarem e aplicarem suscintamente as técnicas adquiridas, sem precisarem aspirar mais saberes. Se esta lógica fosse rompida, a finalidade profissional do curso seria desvirtuada pelo excesso de bagagem literária, algo não pretendido para este tipo de formação, porque o foco estava na instrução e nos trabalhos manuais. Ou seja, era preciso habilitar os estudantes para o trabalho com as mãos, não intelectualizá-los, de ensinar a pensar com criticidade, ou questionar as desigualdades sociais existentes entre as classes.

Desta forma, pode-se estabelecer uma associação entre a “bagagem literária” e o desenvolvimento intelectual, que dá poder a quem o detém, presente numa concepção de *educere*. Este conhecimento seria a base que tornam os estudantes críticos e reflexivos, só que no fragmento analisado, esta não podia ser finalidade do ensino profissional. Esta bagagem literária ‘excessiva’ poderia ser encontrada nos cursos de maior duração para as profissões que ganhavam mais, por exemplo, as profissões liberais. Os cursos superiores possivelmente privilegiavam um tempo maior para a preparação intelectual, cujo acesso era das classes elitizadas; ao contrário do ensino profissional que deveria ter curta duração, com pouco tempo para reflexões intelectuais, pois, o foco principal era habilitar rapidamente para o mercado de trabalho, e formar mão de obra barata.

Considerando esta situação, deduz-se que quem possuísse formação superior e maior preparação intelectual não aceitaria trabalhar em profissões que pagassem salários baixos. Assim, pode-se depreender que o conhecimento gera poder, dá poder de decisão

e de escolha àqueles que o dispõem, e obriga aqueles que não o possuem a se contentarem com a vida proletária. Isto reforça mais uma vez que o ensino profissional “colocou o homem certo no lugar certo”, ao preparar e formar trabalhadores para assumirem o seu lugar na sociedade daquele período. Evitariam desta forma, que os alunos das classes mais baixas ascendessem socialmente, porque este ensino servia a um projeto pressuposto como moderno, premeditado pela sociedade republicana, que precisava perpetuar a dualidade no ensino, para atender aos interesses da elite. Cada um deveria assumir o seu papel social, com vistas a manter no poder a classe dominante.

Por estas razões, o conhecimento que esclarece e dá autonomia e chance de escolha da carreira profissional, deveria ficar limitado à alta sociedade, sendo acessado nos cursos superiores, e não oportunizado aos pobres, nem aos negros, ou filhos de operários, visando a manutenção do *status quo*, e a exploração das classes trabalhadoras, uma das marcas da modernidade capitalista.

Estas reflexões podem ser associadas ao que explicita Young (2014), sobre o currículo, que pode ser entendido como o “conhecimento dos poderosos”, aqueles que detêm o poder por causa da posse do conhecimento, característico dos currículos das escolas elitistas. Ele ainda define o currículo como um corpo complexo de conhecimento especializado, sendo o “conhecimento poderoso”, aquele conhecimento que dá poder àqueles que o desfrutam. Pois, é por meio do currículo que são concedidas ou não, as oportunidades sociais para se continuar a manter o acesso de alguns e excluir outros.

Deste modo, analisando o texto do redator Rangel, destacado anteriormente, estabelece-se uma analogia entre a “bagagem literária” e o “conhecimento poderoso” que Young (2014) expõe em seus estudos. Sendo possível desvendar porque a elite republicana da época defendia que não fosse ministrada esta “bagagem” no ensino profissional, justamente para não dar poder aos estudantes das classes proletárias, a fim de que eles abraçassem as profissões a eles “predestinadas”, e se conservassem nas suas respectivas classes sociais.

Por conseguinte, no enunciado explorado, o jovem que se achasse capaz de ser amanuense<sup>21</sup> ou auxiliar de escrita, renegaria as suas primeiras ambições, aquelas dos labores manuais, para as quais se formaria *a priori*, enveredando-se para o comércio ou

---

<sup>21</sup> De acordo com site Dicionário informal (2018), a palavra amanuense provém do latim, e representa todo aquele que copia textos. Amanuense é o profissional que escreve à mão, um escrevente, um escriturário, um copista. Informações do site <<https://www.dicionarioinformal.com.br/amanuense/>>.



para a burocracia, e quiçá para as profissões liberais que requeriam ainda mais conhecimentos teóricos. Isto seria um absurdo, algo abominado, até mesmo um ato de ingratidão, já que este ensino era gratuito. Mas, a política educacional era elaborada pela classe alta para possibilitar o acesso e a permanência dos pobres nos cursos profissionalizantes, e garantir a sua destinação no mercado.

Nestes moldes, é possível entender porque o texto asseverava que se esta bagagem literária ‘excessiva’ não fosse evitada, poderia dar início à deserção dos trabalhadores das oficinas. As classes mais favorecidas não queria compartilhar o seu conhecimento poderoso. Pode-se notar inclusive certo medo nas entrelinhas do texto de Rangel, caso os estudantes se interessassem pelas outras profissões que requeriam maior preparo intelectual, quando defendeu que desde o início do curso profissional estes alunos já estariam destinados aos labores manuais, e não deveriam abandonar esta posição em detrimento das outras profissões. Assim, ele implicitamente recomendava que os pobres deveriam se conformar com o seu lugar na sociedade republicana, perpetuando conseqüentemente a dualidade do ensino que ocasionava a separação profissional, pois, isto sem dúvida asseguraria a ordem moderna do “homem certo no lugar certo”.

Assim sendo, interpretou-se que esta lógica educacional atendeu em primeira instância aos interesses políticos, econômicos e sociais das classes dominantes, pois, foram estas mesmas que elaboraram as políticas educacionais para o ensino profissional primário. A finalidade era a de se conservarem no poder, perdurar as desigualdades sociais e econômicas pelo Brasil, protegidas e insofismáveis pelo ideário da modernidade na República Oligárquica de cunho capitalista, que francamente se serviu da educação (*educatio*) para lograr êxito em seus propósitos exploratórios pautados na manutenção das classes.

Diante destes apontamentos compreendeu-se porque alguns dos autores da Revista defendiam o trabalho manual, em detrimento do trabalho intelectual. Até porque esta tecnologia pedagógica do governo de Minas Gerais, elaborada pela Diretoria de Instrução Pública, deveria atender às ideias e interesses do governo, todavia os governantes andavam de mãos dadas com a elite republicana. Por conseguinte, a possível intencionalidade por detrás dos textos da Revista do Ensino, era a manutenção do *status quo* social, e a preservação do conhecimento poderoso, ou bagagem literária só para os mais ricos.

O modo como a instrução profissional foi proposta neste periódico ovacionava um ensino que ocultava a pretensão de preservar a concentração de renda nas mãos dos mais opulentos, sob a alegação de que tinha sido implementado para o alcance da modernidade pela pátria, inclusive tábua de salvação para os necessitados. Todavia, foi elaborada principalmente, para dar um ofício aos pobres e destiná-los a um lugar certo no mercado de trabalho. A partir destas reflexões, presume-se que a intencionalidade dos escritores nas redações da Revista eram veicular representações sobre o ensino profissional, e aclamar os trabalhos manuais em detrimento dos trabalhos intelectuais, representações estas, que implicitamente assegurariam a supremacia elitista.

Os resultados demonstraram que a intencionalidade das enunciações manifestas neste impresso pedagógico era o aconselhamento dos professores, ao tentar convencê-los que o ensino profissional era significativo para fortalecer a República recém criada, sendo o mesmo, o primeiro fator de riqueza pública. Por meio dele, o trabalho civilizaria os alunos, e os tornaria patrióticos, mas de fato, moldava-os por meio da disciplina.

Nas páginas desta imprensa pedagógica, identificou-se que a instrução profissional pretendida, almejava a disciplinarização de mestres, estudantes e sociedade. A partir de todas as considerações feitas neste estudo, detectou-se um tom exortativo, dirigido aos professores, nas representações veiculadas que tratavam do ensino profissional. Observou-se que elas defendiam o valor trabalho, e da formação de trabalhadores, e que possivelmente a ótica deste impresso, era que o ensino profissional representava formar cidadãos republicanos, patriotas, que conservassem valores cívicos, ordeiros e disciplinados, tanto na mente como no corpo, porque toda esta disciplina exercida por meio do trabalho que resultaria no progresso e enriquecimento nacional na Primeira República.

Os resultados também revelaram que o ideário hegemônico expresso nas entrelinhas das páginas que abordavam este ensino, intentava modelar também a sociedade, já que a Reforma Francisco Campos, propunha disciplinar inicialmente os professores, para que eles conformassem os estudantes. Estes, por conseguinte influenciariam suas famílias, para então se obter finalmente a conformação da sociedade nos moldes da modernidade capitalista.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando que a presente pesquisa teve como objetivos principais de analisar a intencionalidade dos redatores da Revista e averiguar as formas de representação em torno do ensino profissional voltadas para o público docente, acredita-se que estes objetivos foram alcançados durante as análises realizadas. Com relação aos objetivos específicos, acredita-se que os objetivos traçados foram atingidos e que as análises desenvolvidas foram significativas para desvelar a temática aqui estudada, e para responder às indagações erigidas no início da pesquisa.

Interpretou-se que a educação ofertada no ensino profissional, se mostrou mais com caráter instrucional no sentido de *Educatio*, do que com caráter educativo no sentido de *Educere* (uma formação mais ampla e de sujeitos críticos). E, ao que parece este ensino estava preocupado com a rápida instrução nos cursos profissionalizantes, para mercado de trabalho, que eram aligeirados, do que com a formação de educandos reflexivos, para ocuparem profissões que exigiam maiores conhecimentos, pois, os trabalhadores, e os menos favorecidos precisavam do trabalho para a sobrevivência.

Nestes termos, por meio das discussões realizadas, evidenciou-se como o valor atribuído ao trabalho na escola serviu para a disciplinarização dos indivíduos, controle do tempo e do corpo, na tentativa de convencer e conformar os indivíduos sob a alegação de revelar aptidões latentes, levar ao equilíbrio físico, educar com excelência, imprimindo aptidões para a vida prática. É que na visão das Revistas do ensino, o ensino profissional representava a oportunidade de alavancar a economia brasileira, e para isso era necessário infundir hábitos de trabalho no povo, pois, o trabalho peça chave para colocar o Brasil na rota do progresso.

Neste sentido, pôde-se entender que em nível nacional, procurava-se atender ao ideal da construção de uma sociedade moderna, concepções elaboradas pelas elites republicanas, que não queriam socializar os seus conhecimentos, a fim de continuarem no poder. E estes propósitos foram abraçados pelo governo de Minas Gerais, justificado nas propostas educativas para a escolarização das massas. Possivelmente, por estas razões, as propostas educacionais da República Oligárquica intencionavam convencer os professores leitores deste periódico sobre as magníficas virtudes da instrução profissional.

Considerou-se, portanto, que as *Revistas do Ensino de Minas Gerais* foram um veículo de comunicação do Estado dirigido aos educadores, e que estas fontes ofereciam formação docente, com a finalidade de influenciar as concepções pedagógicas dos

professores, ao defenderem a importância do ensino profissional para a prosperidade nacional. Nestes termos, o impresso admoestou o público docente, ao conclamá-los nas enunciações manifestas e analisadas, legitimando a educação técnica entre os professores mineiros.

Neste trabalho explanou-se como este impresso pedagógico se configurou como meio de divulgação dos ideais hegemônicos presentes no período. E confirmou-se a hipótese deste estudo em cada eixo de análise erigido. Possivelmente o governo estadual acreditava que se os professores fossem convencidos que a instrução profissional implicaria no progresso do país, se conseguiria finalmente disciplinar a nação brasileira paulatinamente. Assim o ensino profissional foi representado como um meio para o alcance destes intentos políticos, econômicos e sociais, e serviu a este projeto de sociedade republicana.

Tendo em vista as possibilidades de análise do período e da temática estudada, acredita-se que esta pesquisa não se esgota na tessitura aqui desenvolvida, e que pode ser ampliada, além de admitir novas perspectivas históricas diferentes ou semelhantes à que foi analisada. Haja vista, que a imprensa pedagógica enquanto fonte histórica, e inclusive possível objeto de pesquisa, tem a pujança de provocar novas possibilidades de construção de conhecimentos na área da História da Educação, em novas pesquisas científicas.

Assim, o tema de estudo abordado foi discorrido sob uma perspectiva histórica fundamentada nos autores selecionados, mas não significa que este seja o único prisma para a interpretação do período histórico analisado, cabendo novos olhares por outros pesquisadores, que focalizem outras nuances históricas. Assim, este trabalho pode suscitar novas perspectivas de análises e produção de conhecimento científico, contribuindo significativamente para o campo da Historiografia Brasileira.

**FONTES**

GOÉS, Carlos. Ensino primario profissionial: devem existir lições entre o ensino profissionial e o ensino primario propriamente dito? Quaes? *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 4-5, mar. 1925.

GONZAGA, Aprígio. Conferências: Finalidade do trabalho manual para mulheres. *Revista do Ensino*. Belo Horizonte, v.1. n. 5, p. 117-140, set. 1925.

GONZAGA, Aprígio. Ensino Profissionial: o Civismo e o Trabalho Manual *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v.1. n. 7, p. 182-183, set. 1925.

MAGALHÃES, Raul Chaves. Educação! *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v.3. n. 23, p. 522, out. 1927.

OLIVEIRA, Estevam de. Ensino Normal. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 6, mar. 1925.

OS NOSSOS Grupos Escolares: o Grupo de Lavras. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v.1. n.4, p. 112, jun. 1925.

SESSÃO Solemne de Instalação. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v.3. n.21, p. 454-457, maio/jun. 1927.

PEDAGOGIA: A educação post-escolar e o aprendizado. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v.1. n. 4, p. 113-114, jun. 1925.

RANGEL, José. O ensino profissionial. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v.3. n. 23, p. 523, out. 1927.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Maurício de. *Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)*. 2012. 301 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103158/aquino\\_m\\_dr\\_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103158/aquino_m_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 29 jun. 2018.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e Pedagogia: geral e do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, Denise Silva; SÁ, Helvécio Goulart Malta de; *O Ensino Profissional na Primeira República*. Educativa: Goiânia, v. 17, n. 2, p. 497-519, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/viewFile/4560/2598>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

BARROS, José D'Assunção. *A História cultural e a contribuição de Roger Chartier*. Diálogos, Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá: Maringá, vol. 9, n. 1, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526860014.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2019.

DALLABRIDA, Norberto. *A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário*. Educação: Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago., 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>>. Acesso em 20 nov. 2018.

BICCAS, Maurilane de Souza. “Nossos Concursos” e “a Voz da Prática”: A Revista do Ensino como estratégias de formação de professores em Minas Gerais (1925-1930). *Cadernos de História da Educação*, n. 4, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/393/374>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Créa nas capitaes dos Estados Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 set. 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 06 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional E Tecnológica*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2018.

CAVALCANTI, Berenice. *Ser moderno: a propósito de uma tradição*. Semear: revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Português. Rio de Janeiro, v. 4, p.1, 2000.

Disponível em: < [http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/4Sem\\_11.html](http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/4Sem_11.html)>. Acesso em: 05 set. 2018.

COELHO, Monalisa Lopes dos Santos; ALVES, Isabella Drummond Oliveira Laterza. Formas de doutrinação presentes na Revista de Ensino em Minas Gerais (1925 a 1930) para instruir o trabalho pedagógico e o papel da professora primária. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 9., 2017. Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2017. CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2. ed. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2005. Disponível em: <<https://www.livresbooks.com.br/livros/o-ensino-de-oficios-nos-primordios-da-industrializacao-luiz-antonio-cunha-on0eawaaqbaj/baixar-ebook>>. Acesso em: 07 set. 2018.

DALLABRIDA, Norberto. *A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário*. Educação: Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago., 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>>. Acesso em 20 nov. 2018.

FECHUS, Rebecca Gislaine. *Qual a diferença entre artigo de opinião, notícia e reportagem?* 2017. Disponível em: <<https://www.plataformaredigir.com.br/blog/qual-a-diferenca-entre-artigo-de-opiniao-noticia-e-reportagem/>>. Acesso em: 25 set. 2018.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <[http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila\\_-\\_METODOLOGIA\\_DA\\_PESQUISA%281%29.pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf)>. Acesso em 07 set. 2018.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. *O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil*. 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/o-fio-da-historia-genese-da-formacao-profissional-no-brasil>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

GOMES, Alberto Albuquerque. *Considerações sobre a pesquisa científica: em busca de caminhos para a pesquisa científica*. [2001?]. Disponível em: <[http://www.fct.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/AlbertoGomes/aula\\_consideracoes-sobre-a-pesquisa.pdf](http://www.fct.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/AlbertoGomes/aula_consideracoes-sobre-a-pesquisa.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2018.

GONÇALVES, Irlen Antônio; CHAMON, Carla Simone. *O Congresso Mineiro e a educação profissional em Minas Gerais: o ensino técnico primário*. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n2/a08v28n2.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

LAGES, Rita Cristina Lima. *A língua francesa em Minas Gerais no século XIX: práticas culturais e escolares*. Caletroscópio, v. 3, n. 4, p. 71-94, jan./jun. 2015. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9491/1/ARTIGO\\_L%C3%ADnguaFrancesaMinas.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9491/1/ARTIGO_L%C3%ADnguaFrancesaMinas.pdf)>. Acesso em 20 nov. 2018.

LUAIZA, Benito Almaguer. *Educação, ensino e instrução: o que significam estas palavras.* (2009). Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos3/educacao-ensino-instrucao/educacao-ensino-instrucao2.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

MEZA, Rosendo Bolívar. *La teoría de las elites en Pareto, Mosca y Michels.* Iztapalapa 52, ano 23, jan./jun. p. 386-407, 2002. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6114156.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2018

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAIS, Renant Araújo. Ensino profissionalizante na República Velha (1889-1930): a escola ideal e a escola real. In: ENCONTRO MINEIRO SOBRE INVESTIGAÇÃO NA ESCOLA, 7.; SEMINÁRIO INSTITUCIONAL PIBID PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, 2; 2015, Uberaba. *Anais eletrônicos...* Uberaba: Uniube, 2015. Disponível em: <[http://www.uniube.br/eventos/emie/arquivos/2015/anais\\_eletronicos/95.pdf](http://www.uniube.br/eventos/emie/arquivos/2015/anais_eletronicos/95.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2018.

NEVES, Fátima Maria; COSTA, Célio Juvenal. *A importância da história da educação para a formação dos profissionais da educação.* Revista Teoria e Prática da Educação, v. 15, n. 1, p. 113-121, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/18570>>. Acesso em 05 set. 2018.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. Imagens de trabalhos manuais na Primeira República: representações da educação feminina. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 11., 2012, Rio Grande. *Anais...* Rio Grande: Ed. FURG, 2012, p. 698-708.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; ARAUJO, José Carlos. Silva; *Ensino profissional feminino: pobreza e marginalidade na nova capital mineira (1909 a 1927).* In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 9, 2017. Uberlândia. *Anais...*, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia: 2017.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. *Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929 – 1930).* Acta Scientiarum. Education: Maringá, v. 37, n. 2, abr./jun. 2015.

SOUZA, Ioneide Piffon Brion de. *REIS, Fidélis: dep. fed. MG 1921-1930.* [2018?]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REIS,%20Fid%C3%A9lis.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2018.

SOUZA, Rita de Cássia de. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930).* 2001, 355 f. Dissertação (Mestrado em História Social e Educação) - Faculdade de Educação da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2001.



STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*: vol. III: século XX. In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O ensino industrial: memória e história. Petrópolis: Vozes, 2005, v. 3, p. 209-228.

VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF (Org.). *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.186. Disponível em: <<https://bit.ly/2STilz8>>. Acesso em 14 de dez. 2018.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. *Cadernos de Pesquisa*. v. 44, n. 151, p. 190-202, jan./mar. 2014,. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n151/10.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.